SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. **Nº DO PROTOCOLO:** 17.823.862-0
- 1.2. **PROPONENTE:** Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODESAFA
- 1.3. **TÍTULO DO PROJETO:** Apoio a Produção, Armazenamento e Geração de Energia Sustentável para CODESAFA.
- 1.4. **OBJETO DO PROJETO:** Promover a ampliação da produção e manutenção da qualidade - aquisição de enxada rotativa (coletivo), utilitário, câmara fria, equipamento informática, sistema geração energia fotovoltaica.
- 1.5. **MERCADO POTENCIAL INDICADO:** PAA, PNAE (estadual e municipal), feira municipal e loja própria.
- 1.6. **VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 379.898,00**
- 1.8. **VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00**
- 1.9. **VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00**

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura familiar - **CODESAFA**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) devido ao Projeto de Negócio ter sido **DECLASSIFICADO**, em razão de não ter alcançado a pontuação mínima de 18 pontos no critério econômico, conforme requisito apresentado no subitem 19.8 do referido edital. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **CODESAFA**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **CODESAFA** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **CODESAFA** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no critério econômico, itens 1 e 3, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios qualidade da proposta e ambiental;
- c) Na apresentação do recurso foram apresentados documentos (não apresentado anexos). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não**

existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto de Negócio e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Critério Econômico – Item 1: O objeto do projeto contribui para redução de perdas e ampliação do mercado, mas não para agregação de valor. Segundo conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **a agregação de valor é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca).**

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (0 pontos).

ii. Critério Econômico – Item 3: No Estudo de Viabilidade Econômica – EVE existem incoerências e inconsistências. Verificou-se que faltou detalhamento dos produtos (fls. 29 a 32). Na Planilha 2.1 - anexo 5, a unidade dos panificados está incoerente; Na Planilha 3 - energia elétrica listada entre produtos com 100% de rendimento. Além disso, os custos fixos não alteram ao longo do tempo e os custos com transporte subestimados.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (13.5 pontos) revisando a pontuação para 14 pontos, pois a maioria das informações do EVE do Projeto estão informadas.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO da CODESAFA** em razão dos itens (i e ii) acima descritos. Sendo assim, retifica o valor da nota do item 3, atingindo a pontuação de 17 pontos no critério econômico e a pontuação total de 59 pontos. No entanto, mantém-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação mínima no critério econômico.

Curitiba, 29 de setembro de 2021

(assinatura eletrônica)

Patrícia Helena Santoro

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Denyse Maria Galvão Leite

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.825.522-3

1.2. PROPONENTE: Cooperativa Central da Reforma Agrária Ltda. – CCA/PR (Lapa)

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Apoio à Estruturação e o Fortalecimento da Cadeia de Comercialização da Produção da Agricultura Familiar.

1.4. OBJETO DO PROJETO: Estruturação e modernização do Armazém do Campo Produtos da Terra.

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Feiras mensais/semanais, Rede de Comercialização Solidária, e-commerce e loja própria. Pretendem ampliar o mercado privado em conjunto com a inserção no mercado institucional corroborando para o fortalecimento da rede de comercialização dos Armazéns do Campo.

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 597.335,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 597.335,00

1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00

1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa Central da Reforma Agrária Ltda – **CCA/PR** encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) devido ao Projeto de Negócio ter sido **DESCLASSIFICADO**, em razão de não ter alcançado a pontuação mínima de 18 pontos no critério econômico, conforme requisito apresentado no subitem 19.8 do referido edital. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **CCA/PR**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **CCA/PR** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **CCA/PR** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no critério econômico, itens 1 e 3, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no critério econômico;
- c) Na apresentação do recurso foram apresentados documentos (Proposta do projeto - Estudo de viabilidade econômico – Anexo 5). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto de Negócio e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Critério Econômico – Item 1: Verificou-se que, com a estruturação e modernização do Armazém do Campo Produtos da Terra, a **CCA/PR** almeja a inserção do mercado e-commerce no sistema de entregas (delivery), apoiar na logística de distribuição dos produtos das famílias e implantar/consolidar a rede dos Armazéns do Campo como estratégia de comercialização como um circuito longo e em conjunto a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade Mandala, implantar ponto de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar no CEASA do município de Curitiba (fls.10 e 11). Portanto, o projeto de negócio não evidencia a agregação de valor a produção dos agricultores familiares, mais o aperfeiçoamento da logística (transporte/armazenamento) e expansão da comercialização dos produtos. Segundo conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **a agregação de valor é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca).**

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (0 pontos).

ii. Critério Econômico – Item 3: A maioria das informações do estudo de viabilidade econômica estão informadas, mas observou-se algumas inconsistências: Cita que tem quadro técnico próprio, porém não faz parte dos custos. Faltam informações de mão de obra temporária. Preços de comercialização duvidosos, gerando um “SUPER RESULTADO” - TIR: 56%. As projeções de área praticamente triplicam do ano 1 para o ano 3 em quase todas as culturas, sem haver nenhuma explicação de como isso vai ocorrer (fls.34 e 35). A planilha de receitas estimadas (fl.37) não estratifica por produto, apenas por grupo, o que pode representar o valor superestimado nos preços esperados.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (8,5 pontos).

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO da CCA/PR** em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, a pontuação do critério econômico não foi alterada (13,5 pontos) e mantém-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do projeto em virtude do não atingimento da pontuação mínima no critério econômico.

Curitiba, 29 de setembro de 2021

(assinatura eletrônica)

Patrícia Helena Santoro

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Denyse Maria Galvão Leite

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.825.831-1
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Produtores Orgânicos Cores da Terra – Cascavel.
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Cores da Terra a Força Que Vem do Campo.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição: Caminhões; equipamento de carga e descarga; caixas plásticas (coleta e distribuição).
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Atacado/Varejo de Frutas e Olericultura (principal atividade); Feiras.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 594.156,40
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 594.156,40
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 22 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e reclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Produtores Orgânicos Cores da Terra, encaminhou recurso em formulário próprio do Edital, solicitando a revisão de pontuação e classificação da entidade nos itens: Qualidade da Proposta (itens 1 e 2), Econômicos (itens 1 e 3), Ambientais (item 1) e sociais (item 2), entendendo que demonstraram capacidade de pontuação melhor conforme critérios estabelecidos no Edital.

Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela CORES DA TERRA, a Comissão tem o seguinte a declarar.

- a) A interposição do recurso pela CORES DA TERRA ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital;
- b) A interposição do recurso pela CORES DA TERRA seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 e 2 do critério qualidade da proposta; item 1 e 3 nos critérios econômicos; item 1 nos critérios ambientais e item 2 nos critérios sociais); objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos;
- c) Na apresentação do recurso estão inclusos documentos referentes à qualidade da proposta, aspectos econômicos, ambientais e sociais. Nesta condição, observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois

momentos distintos: no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital. A este propósito, foram levados em consideração todos os documentos que haviam sido anexados à Proposta nas etapas descritas acima.

d) Com relação às pontuações atribuídas a Proposta e exposição de motivo interposto no recurso apresentado:

- i. Qualidade da Projeto – item 1 (Clareza e Coerência do projeto técnico):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “*O projeto apresenta qualidade e coerência, pois entendem que a pontuação ficou abaixo do que acreditam como mérito*”. As informações apresentadas no escopo do projeto são coerentes e a maioria dos elementos está adequadamente informada, contudo no Estudo de Viabilidade Econômica – EVE existem incoerências e inconsistências. No EVE restam dúvidas quando comparado a outros elementos de capacidade administrativa e financeira da Organização, sendo que tais inconsistências não são tratadas e esclarecidas na descrição da proposta.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 5,5 (cinco vírgulas cinco) pontos.
- ii. Qualidade do Projeto – item 2 (Assessoramento Técnico):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 “*O assessoramento técnico é suficiente e adequado para viabilizar as atividades planejadas*”. A Organização comprovou por meio de documentação e plano de assistência técnica possuir relativa capacidade de proporcionar assessoramento técnico capazes de viabilizar as atividades planejadas.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, as argumentações e pedido de revisão pela Organização, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO aumentando a pontuação de 3 (três) para 5 (cinco) pontos.
- iii. Critérios Econômicos – item 1 (Agregação de valor):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “*Propõe agregação de valor a produção dos agricultores familiares*”. Tendo em vista, que o objeto da proposta em tela não evidencia a agregação de valor diretamente à produção dos agricultores familiares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. O objeto da proposta visa a melhoria operacional na logística de transporte, carga e descarga da produção dos agricultores familiares, o que resulta em ganhos operacionais, redução com custos de transporte terceirizados, com potencial para aumentar mercados consumidores e garantia de entrega de produtos padronizados. Portanto, os bens solicitados não objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqüentemente aumentar seu valor. **Com relação a agregação de valor pelo processo de produção agroecológica/orgânica o projeto já obteve pontuação neste sentido no item 2 do critério ambiental, não podendo haver duplicidade de pontuação.**
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 0,0 (zero) pontos.
- iv. Critérios Econômicos – item 3 (Clareza e Coerência no Estudo de Viabilidade Econômica - EVE):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 3 o Estudo de Viabilidade Econômica apresentado *está claro, coerente e adequado e que as planilhas fornecidas proporcionam erros no estudo*. A análise do Estudo de Viabilidade Econômica indica que a maioria das informações está adequadamente informada e articulada, sendo pontuada no limite máximo do intervalo previsto para esta avaliação, ou seja, 14 pontos. Não foi possível estabelecer notas do próximo intervalo que prevê um EVE onde todas as informações estão adequadamente informadas e articuladas, devido ao fato que:

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

- a) Nas projeções das receitas estimadas atuais e oriundas da implantação do projeto de investimentos, onde os preços esperados sofrem majoração padronizada na ordem de 2,5% para cada ano e para cada produto previsto na composição das receitas, frente a custos de matéria-prima que tem como referência os preços atuais e permanecem o mesmo ao longo do período. Esta medida superestima receitas, elevando a margem de contribuição, com resultados significativos nos indicadores de desempenho econômico e métricas como Valor Presente Líquido. No caso, se considerássemos um EVE realista com valores atuais a Taxa Interna de Retorno resultaria em valores próximos a 29% e um VPL próximo a 800 mil reais, bem mais consistente para este cenário e frente aos recursos de investimentos solicitados. Como a OCS optou por um estudo otimista, a mesma deveria ter apresentado um estudo pessimista com retração de preços, mesmo porque estudos do DERAL/SEAB não apontam uma evolução histórica com tendência de aumento dos preços de boa parte dos produtos agrícolas, ainda mais com índices padronizados. Além disso, alguns produtos ainda têm flutuação de preços para mais e para menos ao longo dos anos;
- b) Há de se questionar também o aumento na projeção de áreas e produção dos produtos, boa parte deles em mais de 300% em 6 anos, frente a capacidade da OCS promover estas mudanças. Não há clareza e detalhamento do processo para estas evoluções no escopo da proposta;
- c) Outro ponto relevante observado no EVE comparado ao Balanço Patrimonial e no DRE reside na incompatibilidade de valores. O EVE apresenta custos e receitas bastante superiores, com as receitas do ano 1 sendo em mais de 900% superiores às receitas do DRE de 2020. Neste caso, ou não estão sendo contabilizadas todas as receitas dos cooperados ou existe superdimensionamento no EVE. Ainda, nos últimos Balanços Patrimoniais é possível analisar resultados líquidos negativos, liquidez corrente ou imediata deficitária e com grau de endividamento, que geram dúvidas sobre a saúde financeira da OCS. Tais observações podem ser atestadas diante da necessidade da OCS ter buscado recursos financeiros para Capital de Giro e que **pode** ter sido utilizado para cumprimento de obrigações e também pela ATA de AGO onde são apresentadas as dificuldades administrativas e financeiras que a organização vem apresentando.
- d) Com relação aos erros informados não procedem pois no primeiro item a depreciação dos bens são de 25% a.a e, portanto, no ano 6 o valor residual será R\$ 0. Com relação ao PAYBACK foi utilizado o método do PAYBACK MÉDIO para efeito de cálculo. É importante destacar, que a análise do EVE feita pela Comissão não é feita apenas pelos indicadores financeiros apresentados e sim, conforme observado nos itens anteriores, pela qualidade e coerência das informações apontadas no EVE, sendo os indicadores financeiros do EVE usados como subsídio na análise.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 14 (quatorze) pontos.

- v. **Qualidade Ambientais – item 1 (Atendimento às normas):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Ambientais o projeto "atende as normas técnicas, sanitárias e outras pertinentes envolvidas no Projeto". Neste item 1, a organização obteve pontuação **8 (oito)**, sendo esta pontuação consensual e padronizada para o tipo de objeto proposto como financiamento. Na reanálise do projeto confirmamos que para o tipo de projeto de investimento solicitado não é necessária apresentação de documentos comprobatórios como, alvarás, licenças ambientais e sanitária.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a

pontuação de 8 (oito) pontos, obtida pela média de 2 avaliadores e confirmada em plenária pela Comissão.

vi. **CrITÉrios Sociais – item 2 (Grau de OrganizaÇão):**

O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos CrITÉrios Sociais “*consideram a organizaÇão estruturada e organizada*”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste crITÉrio tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento.

Neste sentido, com base nas informaÇões que constam no processo, considerando anÁlises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideraÇão os crITÉrios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuaÇão de 7,5 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de SeleÇão manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, a pontuaÇão total do projeto passa a ser **60 pontos** e a pontuaÇão no crITÉrio econÔmico mantém-se de **19 pontos** havendo uma RECLASSIFICAÇÃO do projeto na ordem final.

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Roger Daniel de Souza Milléo

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(ResoluÇão Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Antônio Cogo LanÇanova

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(ResoluÇão Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. **Nº DO PROTOCOLO:** 17.831.708-3

1.2. **PROPONENTE:** Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Itapejara D'Oeste - COOPAFI

1. **TÍTULO DO PROJETO:** FOMENTO A COMERCIALIZAÇÃO E AUMENTO DA PRODUÇÃO GERANDO AUMENTO DA RENDA E TRABALHO NO CAMPO

2. **OBJETO DO PROJETO:** Construção da sede da cooperativa, contendo espaço para comercialização dos produtos da agricultura familiar diretamente aos consumidores, cozinha industrial para processamento, agregação de valor e aproveitamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, sala de treinamentos e cursos voltados ao público jovem e mulheres de forma de aumentar a qualificação e fomentar a geração de renda e permanência no campo, local adequado a feiras municipais junto a cooperativa.

1.3. **MERCADO POTENCIAL INDICADO:** (pág. 17) Mercados locais, Centro Comercialização próprio, PNAE, PAA e indústrias locais

1.4. **VALOR TOTAL DO PROJETO:** R\$ 1.031.000,00

1.5. **VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO:** R\$ 600.000,00

1.6. **VALOR DE CONTRAPARTIDA:** R\$ 431.000,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 21 de agosto de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Itapejara D'Oeste - COOPAFI, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução SEAB nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 44,5 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 11 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPAFI, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOPAFI ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOPAFI seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 do critério Qualidade do Projeto, itens 1, 2 e 3 do Critérios Econômicos e item 2 do Critério Social), objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentada a exposição de motivos que a COOPAFI julga importante para a reavaliação da pontuação. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

- d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Qualidade do Projeto

item 1: Citam construção de 403 m² (pág. 5) e de 433 m² (pág. 22). Também não está claro a origem dos recursos próprios para completar o investimento (R\$ 431.000,00 – impacta no término da obra e na avaliação dos indicadores do Fluxo de Caixa). A Cooperativa tem 715 sócios sendo que, com hortifruti foram atendidos 50 em 2020 (pág.10 - o restante atua com biocombustível), não está claro como ampliar esta abrangência. Não está claro como funcionará este Ponto de Vendas (margem da rodovia, cliente prioritário, varejo e atacado – no Anexo 3 poderia ter sido melhor explorado este item). Como irá funcionar o processo de agroindustrialização? (pág. 6) Não está claro. A clareza destas informações garantiria maior qualidade da proposta.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão defere o pedido e altera a pontuação de “3” (três) para “4” (quatro) pontos neste item.

item 2: Referente ao corpo técnico da cooperativa, os profissionais da área de engenharia, jurídica e contábil, são suficientes. No entanto, a área de produção (págs. 106 a 108), consta o Plano de Ação do IDR-Paraná, porém, o número de horas é insuficiente para atender 30 produtores (considerando que os outros 20 são atendidos pela empresa AGRISA - pág. 59). Outrossim, a Organização tem 715 cooperados e, não existe uma proposta técnica para o atendimento visando que eles venham a atuar em hortifruti. Embora citem o atendimento da AGRISA, não constam o Plano de atendimento da mesma.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO de revisão, mantendo a pontuação “3” (três) neste item.

ii Critérios Econômicos

Item 1: Embora citem que a obra contempla área para agroindústria, não está especificado quais produtos serão processados neste local. O empreendimento não agregará valor em produtos industrializados em outro ambiente. Considerando o constante na página 38 quadro 3 onde cita os produtos processados, a Comissão optou por alterar a pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO alterando de “2” (dois) para “4” (quatro) pontos neste item.

Item 2: Considerando que está explícito no projeto 5 canais de comercialização, porém sem comprovando de acordo (contrato, notas,...) a Comissão optou por manter a pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO alteração, mantendo a pontuação de “4” (quatro) pontos neste item.

Item 3: Embora citem que irão aplicar R\$ 431.000,00 de contrapartida (41,80% do projeto), este valor está lançado como Inventário, sendo correto em Investimento, o que certamente impactará nos indicadores. Na Tabela 2 existe divergências em volume de produção de alguns produtos. Ainda na Tabela 2, foi mencionado como Insumos apenas embalagens, em um empreendimento deste porte, certamente existem outros (material de higiene e limpeza, rótulos, ingredientes), além do que, no ano 1 não foi lançado. Nas 2, 2.1 e 3 os números são conflitantes. As Planilhas 5.1 e 5.2 estão com as informações incorretas do valor do Investimento, o que impacta no Fluxo de Caixa. Embora algumas informações sejam conflitantes, as mesmas são suficientes para analisar o objetivo da Proposta.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO alterando a pontuação de “5” (cinco) para “7” (sete) pontos neste item.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

iii. Critérios sociais

Item 2: O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO da COOPAFI em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do critério qualidade para 7 pontos e do critério econômico para 15 pontos**, respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 49,5 pontos e 15 pontos**, respectivamente. No entanto, mantem-se a **DECLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação total mínima necessária.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

José Idílio Machado dos Santos
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Ovídio Cesar Barbosa
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.836.572-0
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA)
- 1.3. TITULO DO PROJETO: A industrialização e beneficiamento de produtos orgânicos como estratégia de ampliação da comercialização e fortalecimento da marca COOPERVEREDA: geração de renda com sustentabilidade econômica e responsabilidade socioambiental no sudoeste do Paraná
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Ampliação e adequação da unidade agroindustrial, aquisição e instalação de 01 câmara fria para produtos congelados, caldeira para produção de vapor de 200 Kg/h, placas solares, aquisição de matéria prima, equipamentos para informática e materiais para escritório
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PAA, PNAE estadual e municipal, Merenda municipal, cestas, loja/feira, compra direta no município.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 540.305,30
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 540.305,30
- 1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 20 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA)**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 65 pontos (acima do mínimo necessário) e 24 pontos no critério econômico (acima do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPERVEREDA, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **COOPERVEREDA** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **COOPERVEREDA** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 e 2 do critério qualidade da proposta, item 3 do critério econômico e item 2 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Qualidade da Proposta e Critério Social;
- c) Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização

documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade da proposta - item 1:** A pontuação atual aponta que alguns elementos importantes não foram adequadamente informados e articulados, não dando informações importantes que garantam o entendimento do processo, como, por exemplo, capacidade de produção e progressão para suprir a agroindústria. Portanto, não pontua na faixa máxima onde 'todos os elementos estão informados e articulados' gerando maior segurança quanto ao pleno sucesso da atividade.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.

ii. **Qualidade da proposta - item 2:** Quanto ao assessoramento técnico: a "cooperativa irá investir em acompanhamento técnico de ATER, com a contratação de Engenheiros Agrônomos que irão buscar produtividade com qualidade da produção. Será importante, ainda, ampliar a parceria já existente com o IDR e SEAB NR Francisco Beltrão, que podem contribuir consideravelmente com os processos na cooperativa". Apesar da justificativa da existência presente de uma equipe robusta não comentam sobre atual assistência técnica e plano que acompanhe e colabore na programação desde a oferta de matéria prima de qualidade e suficiente, até as atividades, fluxo e localizações no set de processamento.

A assessoria atual não garante a pontuação máxima, ou seja, apresentam a maioria dos elementos que garantam o assessoramento técnico', mas não 'todos os elementos', como exigido para pontuação entre 8 e 10.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.

iii. **Critério Econômico – Item 3:** Como atestado nos itens acima, faltam informações, bem como maior objetividade quanto ao planejamento para o funcionamento pleno da proposta. Todavia, considera-se que o projeto apresentou a maioria das informações, modificando a pontuação de 14 para 15.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e modifica a pontuação neste item.

iv. **Crítérios Sociais – Item 2:** Com exceção das questões estruturais apontadas no projeto nos itens anteriores, considera-se o grupo organizado e eleva-se a pontuação para a faixa superior, mudando de 6 para 8 pontos no grau de organização e estrutura de projeto.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e modifica a pontuação neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da COOPEVEREDA em relação aos itens (i, ii, iii e iv) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 3 do critério econômico de 14 para 15, e o item 2 dos critérios sociais de 6 para 8,**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

e, conseqüentemente, a **pontuação total para 68 pontos, critério econômico para 25 pontos e critério social para 15 pontos.**

Curitiba, 28 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Claudine Maria De Bona
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Carlos Alberto Salvador
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.837.762-0
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Paiçandu – COPROFAP
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Fomento à Industrialização da Mandioca como Estratégia de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Norte do Paraná: Gerando Renda com Sustentabilidade Econômica e Socioambiental
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de uma fábrica de farinha móvel e uma empacotadora de farinha; aquisição de uma biofábrica com o objetivo de produzir os insumos para a produção de orgânicos; aquisição de dois contêineres para depósito, com o objetivo de armazenar adequadamente os produtos acabados; aquisição de um escritório contêiner com o objetivo de adequar o setor administrativo da cooperativa; aquisição de uma barraca pirâmide com medidas de 10 metros por 10 metros para organização de uma feira local (mostra de produtos) da cooperativa; aquisição de 500 caixas plásticas para o transporte e o armazenamento adequado dos produtos; aquisição de máquinas e equipamentos de escritório, sendo um computador desktop e um notebook; recursos para aquisição de matéria prima para movimentação inicial da fábrica de farinha.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: A COPROPAF atua em mercados bem específicos, com vendas principalmente para PNAE Municipal (Paiçandu, Maringá e Campo Mourão) e PNAE Estadual em diversos municípios, com produtos minimamente processados e panificados, bolachas e doces. Além de ampliar a atuação nos mercados institucionais (PNAE e PAA-CI) a cooperativa tem a expectativa de conseguir a certificação da Fairtrade e padronizar alguns produtos (pães, bolachas, farinha de mandioca, batata doce) para atingir mercados privados (fls.15). Contudo no item “Comercialização por Tipo de Mercado” (fls.51) consta apenas PNAE Municipal e PNAE Estadual.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 408.696,05
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 408.696,05
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 21 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Paiçandu – COPROFAP, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 57 pontos e 19,5 pontos no critério econômico, ambas as pontuações acima do mínimo necessário para classificação para o Projeto de Negócio. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COPROFAP, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COPROFAP ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COPROFAP seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 2 e 3 dos critérios econômicos; itens 1 e 2 dos critérios ambientais e item 2 dos critérios sociais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida na ampliação da inserção da produção no mercado e na clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de

viabilidade econômica (critérios econômicos); no atendimento às normas técnicas, sanitárias ambientais e outras pertinentes e na promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade através de práticas (critérios ambientais) e no grau de organização e consistência da OSC (critérios sociais);

- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados novos documentos. Salienta-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: **(i)** no ato da inscrição do Projeto de Negócio **dos dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e **(ii)** na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 e 10/08/2021**, anterior a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**
- d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. **Critério Econômico – Item 2 (Ampliação da inserção da produção no mercado):** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, foi possível identificar os seguintes mercados: PNAE Municipal (Paiçandu, Maringá e Campo Mourão) e PNAE Estadual em diversos municípios, com produtos minimamente processados e panificados, bolachas e doces. Segundo citação nas fls. 15 do projeto apresentado, além de ampliar a atuação nos mercados institucionais (PNAE e PAA-CI) a cooperativa tem a expectativa de conseguir a certificação da Fairtrade e padronizar alguns produtos (pães, bolachas, farinha de mandioca, batata doce) para atingir mercados privados. Contudo, no item “Comercialização por Tipo de Mercado” (fls.51) consta apenas PNAE Municipal e PNAE Estadual. No projeto anexaram os Contratos nº: 008/2021 - aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar pelo município de Campo Mourão (fls.256); 046/2021 - aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar pelo município de Ourizona (fls.264); 200/2021 - Entrega Ponto a Ponto com a Fundepar (fls.268); 12/2020 - aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar pelo município de Paiçandu (fls.279); 1604/2020 - aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Emergencial Compra Direta Paraná (fls.297); 23/2020 - aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar pelo município de Paiçandu (fls.304).

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item, passando de 3 para 5 pontos;

- ii. **Critério Econômico – Item 3 (Clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica):** Quando da avaliação, observou-se uma projeção de receitas de R\$ 580 mil ano 1 para 2,4 milhões ano 2 o que pareceu um valor superestimado. Conforme disposto nas fls.21, os preços esperados estão superestimados (a batata doce passa de R\$ 1,10 o quilo para R\$ 2,65; já a mandioca passa de R\$ 1,90 o quilo para R\$ 4,21). A projeção de área quadruplica do ano 1 para o ano 2, contudo sem uma explicação de como isso irá ocorrer. Cita no texto apenas uma expectativa, mas não como esse aumento de área será operacionalizado. Em relação ao preenchimento da tabela de custos (fls.30) aumentou o número de mão de obra fixa ao longo dos 6 anos (1 funcionário no Ano 1; 2 funcionários no Ano 2; 3 funcionários no Ano 3; 3 funcionários no Ano 4; 4 funcionários no Ano 5 e 4 funcionários no Ano 6), assim como a mão de obra especializada (1 funcionário no Ano 1; 2 funcionários no Ano 2; 3 funcionários no Ano 3; 3 funcionários no Ano 4; 3 funcionários no Ano 5 e 3 funcionários no Ano 6). Mas na descrição do texto não fica clara essa informação, apenas de que será necessária a contratação de engenheiro agrônomo. Todas essas questões financeiras podem ter influenciado no valor da TIR elevada (22%). Identificou-se pouco tempo para a execução do projeto (90 dias). Ainda houve dúvidas em relação ao Item da Meta 3, uma vez que informou que seria instalado em Verê sem a devida explanação dos motivos. Em seu recurso alega que o projeto de negócio da cooperativa é bastante claro: a instalação de uma fábrica de farinha de mandioca, farinha de batata doce e tapioca. Além disso, o projeto prevê a aquisição de estruturas móveis para armazenamento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

e funcionamento de escritório, além de uma biofábrica de insumos que serão repassados aos cooperados, ou seja, não trará benefício econômico à cooperativa, somente social. Afirma que a análise econômica se refere somente à batata doce e mandioca como matéria-prima, assim como insumos para empacotamento destes produtos, ignorando-se custos com produção, que é de responsabilidade dos cooperados, sendo que a cooperativa irá contribuir com estas despesas, diminuindo os seus custos com matéria-prima (o que também está sendo previsto no projeto). Alega que não houve omissão de informações, tampouco que essas informações estão desarticuladas. Afirma ainda que a metodologia de análise econômica sobre o seu custo de produção é uma opção da cooperativa, não sendo necessárias mais informações do que as já fornecidas na análise de viabilidade econômica apresentada pela COPROFAP, alegando que as informações estão completas.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (11,5 pontos);

- iii. **Critério Ambiental – item 1 (Atendimento às normas técnicas, sanitárias, ambientais e outras pertinentes):** Conforme a análise e documentos apresentados na inscrição do Projeto, foi encontrada a citação na fl. 12 que possui Alvará de Licença Sanitária, contudo não apresentou o documento. Consta apenas o Alvará de Localização e Funcionamento nº 015/2018 (fls. 151 e 240) o qual foi emitido em 15/05/2020 para a atividade de horticultura, exceto morango, e tem validade indeterminada.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (5 pontos).

- iv. **Critério Ambiental – item 2 (Promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade):** A Cooperativa informa que todo o projeto está relacionado à produção agroecológica e orgânica, porém o texto trata de produção convencional e a necessidade de se adequar à legislação de produção orgânica do estado do Paraná. Conforme a análise do Projeto, não foram encontrados documentos comprobatórios de produção orgânica, apenas a referência no Contrato de Fornecimento nº 12/2020, onde em alguns itens a opção de entrega aparecia com a expressão “preferencialmente orgânicos”. Cita na fl. 11 que um dos grandes destaques da Cooperativa é a promoção da agroecologia junto a seus associados, com apoio e incentivo à produção de orgânicos, educação ambiental e política de redução de resíduos em todas as suas atividades. No recurso apresentado, a COPROPAF alega que o objetivo geral do projeto é a inserção de um novo sistema produtivo para a cooperativa, utilizando como matéria prima a mandioca e a batata doce. Além disso, a cooperativa afirma que realizará a inserção deste processo com vistas à sustentabilidade ambiental, instalando também uma biofábrica para produção de mudas e insumos para a produção orgânica, com objetivo de reduzir a utilização de adubos químicos entre os sócios da cooperativa, além de containers para armazenamento de produtos acabados e para instalação de um escritório anexo ao prédio atual da cooperativa. Por meio do projeto, a cooperativa irá difundir a produção orgânica da mandioca; a produção orgânica da batata doce; o fornecimento de assistência técnica de um profissional especialista em agroecologia, prevendo a utilização de práticas agroecológicas, além de produzir insumos e mudas para produção orgânica para distribuição os cooperados.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação inicial neste item, passando de 0 para 2 pontos;

- v. **Critério Social – Item 2 (grau de organização e consistência da OSC):** A Cooperativa apresenta contabilidade e conta com consultoria privada. Sua estrutura é bastante enxuta e os profissionais terceirizados formam um corpo técnico qualificado (realizam controle de custos e fazem a parte

administrativa, financeira e contábil; utilizam software). Realizam reuniões ordinárias mensalmente e reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal a cada três meses. Fornece assistência técnica de um engenheiro agrônomo, e tem apoio da ADEOP pelo Programa Mais Gestão e do IDR/PR do município de Paiçandu na realização de diversas atividades. Possui equipe multidisciplinar contratada (administrador, advogado e engenheiro agrônomo). A cooperativa participou ativamente dos cursos do PECSOL (Programa de Educação do Cooperativismo Solidário) para qualificação de dirigentes e de diversos cursos e eventos promovidos pela Unitrabalho e UEM (fls.11). Em sua justificativa afirmam que a COPROFAP é uma das poucas cooperativas participantes que possui assessoria especializada na área administrativa e jurídica, além da contábil que é exigência para todas.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação inicial neste item, passando de 7 para 9 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da ASPAC em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **alteram-se as seguintes pontuações: do item 2 dos critérios econômicos (ampliação da inserção da produção no mercado) para 5 pontos; do item 2 dos critérios ambientais (promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade) para 2 pontos; e do item 2 dos critérios sociais (grau de organização e consistência da OSC) para 9 pontos**, e, portanto, atingindo a **pontuação de 21,5 pontos no critério econômico e a pontuação total de 63 pontos**. Mantém-se a **CLASSIFICAÇÃO** do Projeto de Negócio em virtude do atingimento da pontuação mínima necessária, tanto no critério econômico como na pontuação total.

Curitiba, 29 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Caroline T. Marçal

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Gustavo Scholz

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.838.597-6

1.1. PROPONENTE: COACIPAR – COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO PARANA - PARANAVAÍ

1.2. TÍTULO DO PROJETO: INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE DIMINUIÇÃO DE CUSTOS E EXPANSÃO COMERCIAL DA LARANJA NA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

1.3. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de uma estrutura logística, formada por um caminhão com báu refrigerado e um furgão refrigerado, e insumos, a fim de dar continuidade ao Projeto de Negócio Cooperativa Paraná, diminuindo custos da indústria de suco de laranja formada a partir daquele projeto e expandindo sua marca

1.4. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Indústria local; mercado internacional - *Fairtrade* – Suíça e Alemanha.

1.5. VALOR TOTAL DO PROJETO – **R\$ 381.421,00**

1.6. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – **R\$ 381.421,00**

1.7. VALOR DE CONTRAPARTIDA – **R\$ 0,00**

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 20 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

1.8. A **Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Paraná - COACIPAR**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 63,5 pontos (acima do mínimo necessário) e 22 pontos no critério econômico (acima do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COACIPAR, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **COACIPAR** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **COACIPAR** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 dos critérios econômicos e item 2 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.
- c) Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da

inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Econômicos – Item 1:** Apesar da Cooperativa agregar valor a produtos em suas atividades, a presente proposta não agrega valor, i.e., propostas cujo objetivo primeiro não é o processamento ou a agregação pela transformação do produto não pontuam no item 1 da tabela de critérios econômicos. Veículos não conferem agregação aos produtos, mas a possibilidade de redução de custos e ampliação de mercados.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.

ii. **Critérios Sociais – Item 2:** Às notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada no Relatório (publicado), o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 9 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** da COACIPAR em relação aos itens (i, ii) acima descritos. Sendo assim, mantém-se **a pontuação do item 1 dos critérios econômicos, e do item 2 dos critérios sociais**, e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico mantém-se 63,5 e 22 pontos**, respectivamente.

Curitiba, 28 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Claudine Maria De Bona

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Carlos Alberto Salvador

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.838.601-8
- 1.2. PROPONENTE: Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária de São Miguel do Iguçu - APROSMI
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Diversidade étnica e Fomento Produtivo.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Garantir a APROSMI a aquisição para aparelhamento do Mercado do Produtor, através de um gerador elétrico que beneficiará o coletivo dos associados, e fomentar as unidades produtivas através da aquisição de equipamentos individuais, conforme demanda dos agricultores, mantendo a diversificação étnica e fomento produtivo, garantindo renda e sustentabilidade ambiental.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercado Institucional (PAA e PNAE), varejo (Turismo), Ceasa
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 240.051,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 165.666,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 73.158,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 1.227,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária de São Miguel do Iguçu - APROSMI, encaminhou recurso em formulário próprio do Edital, solicitando a revisão de pontuação e classificação da entidade nos itens; Qualidade da Proposta (item 1), Econômicos (itens 1 e 2), Ambientais (item 2) e Sociais (item 3), entendendo que demonstraram capacidade de pontuação melhor conforme critérios estabelecidos no Edital.

Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APROSMI, a Comissão tem o seguinte a declarar.

- a) A interposição do recurso pela APROSMI ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital;
- b) A interposição do recurso pela APROSMI seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no item 1 do critério qualidade da proposta; item 1 e 2 nos critérios econômicos; item 2 nos critérios ambientais e item 3 nos critérios sociais); objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos;
- c) Na apresentação do recurso estão incluídos documentos referentes a critérios sociais. Nesta condição, observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: no ato da inscrição do Projeto de

Negócio entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021 e na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias 05 a 10/08/2021, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital. A este propósito, foram levados em consideração todos os documentos que haviam sido anexados à Proposta nas etapas descritas acima.

d) Com relação às pontuações atribuídas a Proposta e exposição de motivo interposto no recurso apresentado:

i. **Qualidade do Projeto – item 1 e 2 (Clareza e Coerência do projeto técnico):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “O projeto apresenta qualidade e coerência, pois entendem que buscam sempre a melhoria em cada projeto elaborado”. A pontuação atual sinaliza que poucos elementos do Projeto de Negócios estariam adequadamente informados e articulados, faltando clareza principalmente no Estudo de Viabilidade Econômica e consistência no escopo da proposta. Na reanálise da Proposta, valendo-se das informações descritas no Projeto Técnico, foi possível evidenciar alguns poucos outros elementos que proporcionaram novo entendimento do plano de negócio da OCS e de capacidade de assessoramento técnico.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a pontuação de 3 (três) para 5 (cinco) pontos nos 2 itens do critério Qualidade do Projeto.

ii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – item 1 (Agregação de valor):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “Propõe agregação de valor a produção dos agricultores familiares”. Tendo em vista, que os objetos da proposta em tela não evidenciam a agregação de valor diretamente à produção dos agricultores familiares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. Os objetos da proposta visam a disponibilidade energética por meio de equipamento gerador com objetivos de prevenção em situações de queda de energia; prover grupo de agricultores familiares com equipamentos, ferramentas e utensílios com vistas a melhorar eficiência produtiva, resultando em ganhos operacionais, redução com custos, redução de perdas com ganhos de produtividade e, sobretudo reduzir esforços no trabalho dos agricultores. Portanto, os bens solicitados não objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqüentemente aumentar seu valor.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 0,0 (zero) pontos.

iii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – item 3 (Clareza e Coerência no Estudo de Viabilidade Econômica - EVE):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 3 o Estudo de Viabilidade Econômica apresentado está claro, coerente e adequado e que as planilhas fornecidas proporcionam erros no estudo. No EVE existem inconsistências e incoerências. Não há clareza em relação às matérias primas, e na composição das receitas por falta de detalhamento dos produtos dificulta a análise. Não lista insumos, a composição dos custos fixos e variáveis apresenta deficiências, faltam custos como, seguro, manutenção, água, energia, impostos, entre outros. No ano 1 não existe receita, neste caso atinge os indicadores econômicos. Na reanálise da Proposta valendo-se das informações descritas no Estudo de Viabilidade Econômica não foi possível evidenciar novos elementos que justifiquem a revisão de pontuação neste item 3. É importante destacar, que a análise do EVE feita pela Comissão não é feita apenas pelos indicadores financeiros apresentados e sim, conforme observado nos itens anteriores, pela qualidade e coerência das informações apontadas no EVE, sendo os indicadores financeiros do EVE usados como subsídio na análise.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 7 (sete) pontos.

- iv. **CrITÉrios Ambientais – item 2 (Promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade...):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Ambientais o OCS "possui trabalhos com comunidades tradicionais como, indígenas e quilombolas, que possuem sementes crioulas ou tradicionais, havendo troca entre eles e demais agricultores, além desta prática apoiam a produção agroecológica, proteção de nascentes, mandalas e agricultores certificados". Não há documentação comprobatória relativa aos agricultores certificados, contudo alegam promover a produção orgânica e trabalho com sementes crioulas. Neste critério, identifica-se pelo menos duas práticas de promoção da agroecológica, produção orgânica ou da sociobiodiversidade.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a pontuação de 1 (um) para 4 (quatro) pontos.

- v. **CrITÉrios Sociais – item 2 (Grau de Organização):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. Na reanálise da Proposta, valendo-se das informações descritas no Projeto Técnico, foi possível evidenciar outros elementos que proporcionaram novo entendimento do plano de negócio da OCS, notadamente sobre a capacidade organizativa e de controle.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a pontuação de 5 (cinco) para 7 (sete) pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO da APROSMI em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do critério qualidade para 10 pontos, do critério ambiental para 7 pontos e no critério social para 20 pontos** e, portanto, altera-se a **pontuação total e no critério econômico ficam 48 pontos e 11 pontos**, respectivamente. No entanto, mantem-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação total e econômica mínima necessária.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Roger Daniel de Souza Milléo

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Antônio Cogo Lançanova

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.839.078-3
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Sudoeste – CLAF Santo Antônio do Sudoeste
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Fomento à produção e à comercialização, proporcionando renda em sistema cooperativo da agricultura familiar
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Estruturação para viabilizar a produção e a comercialização de produtos da agricultura familiar, sendo investimentos coletivos: a aquisição de veículo utilitário; a implantação de sistema para geração de energia limpa; a aquisição de um computador e uma impressora; e investimento individual para 30 famílias na aquisição de material para reforma produtiva e animais para produção.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: A CLAF possui duas parcerias para o processamento da matéria prima dos associados, uma internamente com agroindústria de associado, com inspeção municipal, onde se pretende atender as demandas institucionais Estadual e Municipal. Outra parceria que a cooperativa possui é com a Cooperativa SISCOPLAF Cascavel, o qual processará os produtos lácteos para atender os outros municípios da região (fls.7) . Cita na fls. 9 que na região além das demandas na rede escolar, também há grande demanda por alimentos em outras instituições como hospitais, Universidades, Exército, penitenciárias e outras. A Cooperativa tem atuação principalmente junto ao mercado institucional, com comercialização para o governo estadual (merenda escolar), além do atendimento às compras governamentais, há venda direta aos produtores. Tendo em vista o vínculo com o Sistema Unicafe/Fecafes/PR que está organizando os canais de mercado, poderá facilitar o escoamento da produção para outras regiões (fls.18).
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 591.238,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 295.855,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 295.383,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 21 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Sudoeste – CLAF Santo Antônio do Sudoeste, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 44 pontos e 11 pontos no critério econômico, ambas as pontuações abaixo do mínimo necessário para classificação para o Projeto de Negócio. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela CLAF, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela CLAF ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela CLAF seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 dos critérios de qualidade; itens 2 e 3 dos critérios econômicos; e item 2 dos critérios sociais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida na clareza e coerência, adequação aos objetivos do Programa e do cronograma físico-financeiro e no assessoramento técnico para viabilizar

as atividades planejadas (qualidade do projeto); na ampliação da inserção da produção no mercado e na clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica (critérios econômicos); e no grau de organização e consistência da OSC (critérios sociais);

- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados novos documentos. Salienta-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: **(i)** no ato da inscrição do Projeto de Negócio **dos dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e **(ii)** na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 e 10/08/2021**, anterior a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital;**
- d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. **Qualidade do Projeto – Item 1 (Clareza e coerência, adequação aos objetivos do Programa e do cronograma físico-financeiro):** O projeto apresenta como principal foco atender um grupo de 30 produtores descapitalizados. Comercializa a produção de 15 produtores (450 mil litros/ano de leite) e com o projeto vai atender mais de 30 produtores, com esse investimento estimam comercializar cerca de 1,4 milhões de litros de leite. Não cita a produção dos demais 243 produtores que também são cooperados. Com o projeto, não há ganho de produtividade e sim produção, pelo incremento de 60 vacas, sendo 42 novilhas de 18 meses. O diagnóstico individualizado para as compras individuais está bem detalhado, possuindo fotos e os devidos documentos. Faz a mensuração da implementação do sistema fotovoltaico e em quanto tempo ele se pagará (fls.16).

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item, passando de 4,5 para 6 pontos;

- ii. **Qualidade do Projeto – Item 2 (Assessoramento técnico para viabilizar as atividades planejadas):** A cooperativa é filiada à Central SISCLAF, que proporciona todo o apoio de assessoria na gestão e na área contábil. Conta com vários parceiros: Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste, a Cooperativa Central SISCLAF (apoia e assessora na organização e qualificação da gestão, tendo o sistema de gestão e contabilidade integrado com todas as cooperativas filiadas, além de atuar na organização de compras coletivas de insumos e produtos agropecuários), a UNICAFES/PR; CRESOL; a Associação de Mulheres Agricultoras de Santo Antônio do Sudoeste; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Sudoeste, o IDR e a ASSESOAR, entidades que apoiam desde a capacitação dos agricultores até a qualificação da gestão (fls.11). *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item, passando de 7,5 para 8 pontos;*

- iii. **Critério Econômico – Item 2 (Ampliação da inserção da produção no mercado):** A CLAF possui duas parcerias para o processamento da matéria prima dos associados, uma internamente com agroindústria de associado, com inspeção municipal, onde se pretende atender as demandas institucionais Estadual e Municipal. Outra parceria que a cooperativa possui é com a Cooperativa SISCOPLAF Cascavel, o qual processará os produtos lácteos para atender os outros municípios da região (fls.7). Cita na fl. 9 que na região além das demandas na rede escolar, também há grande demanda por alimentos em outras instituições como hospitais, Universidades, Exército, penitenciárias e outras. A Cooperativa tem atuação principalmente junto ao mercado institucional, com comercialização para o governo estadual (merenda escolar), além do atendimento às compras governamentais, há venda direta aos produtores. Tendo em vista o vínculo com o Sistema Unicafes/Fecafes/PR que está organizando os canais de mercado, poderá facilitar o escoamento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

da produção para outras regiões (fls.18). Contudo, no item “Comercialização por Tipo de Mercado” (fls.655) consta apenas PNAE Municipal e pequeno varejo (quitandas, sacolões) de suco de uva integral orgânico de outra Cooperativa (Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê). No projeto anexaram o Contrato nº 181/2021 - Entrega Ponto a Ponto com a Fundepar (fls.620).

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (2 pontos);

- iv. **Critério Econômico – Item 3 (Clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica):** Inseriram no estudo de viabilidade documentos de outra Cooperativa (Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê), o que dificultou muitas análises relacionadas aos custos fixos e variáveis, os quais estão pormenorizados no Anexo 7 (fls.641) e que não corresponde à Cooperativa relacionada ao projeto. Inclusive, o produto relacionado neste anexo é o suco de uva integral orgânico (fls.652), diferente dos produtos relacionados nas planilhas de matéria prima e insumos necessários para o empreendimento (fls.40), receitas estimadas (fls.42), e as demais planilhas (leite, queijo, iogurte). Em seu recurso alega que a maioria das informações do estudo de viabilidade econômica estão adequadamente informadas e articuladas e articuladas, e merece ter sua pontuação revisada e modificada por indicar expressamente o que é previsto no Edital.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.;

- v. **Critério Social – Item 2 (grau de organização e consistência da OSC):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO, mantendo a pontuação de 6 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da CLAF Santo Antônio do Sudoeste em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, alteram-se as seguintes pontuações: **no Critério Qualidade do Projeto, itens 1 e 2 para 6 pontos e 8 pontos**, e conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 46 pontos e 11 pontos**, respectivamente. No entanto, mantém-se a **DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto de Negócio** em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária, tanto no critério econômico como na pontuação total.

Curitiba, 29 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Caroline T. Marçal

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Gustavo Scholz

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. **Nº DO PROTOCOLO:** 17.840.454-7
- 1.2. **PROPONENTE:** Cooperativa do Agronegócio do Noroeste do paran - CANPAR
- 2.1. **TTULO DO PROJETO:** Auto Sustentvel em Matriz Energtica para logstica em Armazenamento
- 1.3. **OBJETO DO PROJETO:** Aquisio de mquinas, equipamentos e materiais de construo
- 1.4. **MERCADO POTENCIAL INDICADO:** Merenda Escolar municipal, PNAE Estadual
- 1.5. **VALOR TOTAL DO PROJETO:** R\$ 137.535,53
- 1.6. **VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO:** R\$ 137.535,53
- 1.7. **VALOR DE CONTRAPARTIDA:** R\$ 0,00

2. ANLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Nmero do Documento: Mensagem eletrnica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitao: Reavaliao da pontuao e desclassificao do Projeto de Negcio.

A Cooperativa do Agronegcio do Noroeste do paran – CANPAR, encaminhou recurso, em formulrio prprio do Edital, solicitando a reconsiderao da avaliao tcnica da Comisso de Seleo dos Projetos (Resoluo SEAB n 24/2021) que apontou uma pontuao total de 53,5 pontos e no Critrio Econmico 15 pontos (abaixo do mnimo necessrio) para o Projeto de Negcio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informaes e documentos anexados no recurso interposto realizado pela CANPAR, a Comisso tem o seguinte a considerar:

- a) A interposio do recurso pela CANPAR ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposio do recurso pela CANPAR seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulrio completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuao obtida (item 1 e 3 dos Critrios Econmicos – 1 Prope agregao de valor produo dos agricultores familiares e 3 Clareza, coerncia e adequao das informaes apresentadas no estudo de viabilidade econmica do projeto) objeto da solicitao de reanlise/reconsiderao pela Comisso de Seleo com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrio e/ou regularizao documental dos Projetos. A OSC solicita a reviso da pontuao obtida nos itens mencionados nos Critrios econmicos;
- c) Na apresentao do recurso a CANPAR fez sua exposio de motivos que julga ter direito reviso da pontuao recebida por ocasio da anlise realizada pela Comisso. Observa-se que, independentemente de solicitao formal ou no pela SEAB, a apresentao ou incluso de documentos para efeito de qualificao do projeto ou comprovao das informaes apresentadas no Projeto de Negcio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrio do Projeto de Negcio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularizao documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificao ou desclassificao. **Sendo assim, no existe previso legal e permisso para novas incluses documentais com datas de emisso posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **CrITÉRIOS EconÔMICOS - item 1:** Os objetos da proposta (Energia fotovoltaica, conjunto térmico de proteção – EPI e construção de cobertura) não evidenciam a agregação de valor diretamente à produção dos agricultores familiares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)** portanto, os argumentos apresentados não justificam alteração da pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, bem como as definições técnicas do item agregação de valor, a Comissão INDEFERE O PEDIDO de revisão e mantém a pontuação 0 (zero) neste item.

ii. **CrITÉRIO EconÔmico - Item 3:** Analisando o projeto a Comissão constatou que na Planilha 2 (Insumos) não foi lançado informações referentes aos custos com Insumos. Na Planilha 2.1, propõem aumento de produção, mas, não consta no Plano de ATER ações que justifiquem tal resultado. Na Planilha 3 (pág. 44) os produtos processados estão com 100% de rendimento, não condiz com a realidade. Na Planilha 4 (Custos) e confronto com a DRE (pág. 162), verifica-se que as informações além de serem insuficientes, não correspondem aos valores da DRE e não estão citadas em todos os anos do projeto. A inconsistência destas informações interfere no Fluxo de Caixa e nos indicadores.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO de revisão, mantendo a pontuação de 11 (onze) pontos neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo INDEFERIMENTO DO PEDIDO da CANPAR em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, mantém a pontuação do item 1 e 3 do critério econômico, sendo assim, a pontuação total continua com seus 53,5 pontos e no Critério econômico 15 pontos. No entanto, mantem-se a DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária no Critério Econômico (item 19.8 do Edital 001/2021).

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Ovídio Cesar Barbosa

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Idílio Machado

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.841.578-6
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Fomento ao Processamento e a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, Proporcionando Trabalho e Renda com Sustentabilidade
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Implantação de estruturas para viabilizar o processamento e a comercialização de produtos da Agricultura Familiar, com apoio em: estruturação de câmara fria para armazenamento e conservação de produtos, implantação de estrutura para geração de energia solar, veículos para o recolhimento e distribuição de produtos, e equipamentos de informática para modernização, eficiência e qualificação administrativa
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercado Institucional
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 561.786,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO: R\$ 561.786,00
- 1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA: R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária – SISCLAF, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução SEAB nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 53 pontos) e 18,5 pontos no critério econômico (dentro da média necessária para classificação) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela SISCLAF, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela SISCLAF ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela SISCLAF seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 e 2 do critério qualidade do projeto, item 3 do critério econômico e item 2 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios: Qualidade do Projeto, Critérios econômicos e Critérios Sociais;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado as justificativas. Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia

ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade do projeto - item 1:** Embora a proposta tenha uma boa redação, algumas informações do Anexo 3 não estão bem claras. Não informam local onde será instalado o sistema de energia solar (citam na pág. 33 Francisco Beltrão), bem como se dará a seleção dos beneficiários pela energia compartilhada; A Proposta tem 1077 beneficiários diretos, no entanto, 220 trabalham com leite e 30 com hortifruti. Tanto a Matriz Tecnológica quanto o Plano de Trabalho não tratam da questão da inserção dos demais associados no processo de desenvolvimento que a Proposta poderá gerar; não são informados as espécies de hortifruti comercializadas; Quanto ao Mercado, não informa os locais onde serão comercializados bem como, o potencial de expansão deste mercado; Com relação ao processo de logística e industrialização, poderia ser melhor explorado (quem faz, licenças sanitárias, custos da parceria); Dentre as seis singulares, cinco apresentaram proposta ao Edital, algumas inclusive com objetos parecidos. Estas informações poderiam estar melhor esclarecidas no Anexo 3, desta forma não é possível verificar se ocorre sobreposição de beneficiários, produção e logística. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises semelhantes realizadas em outros projetos apresentados a esta Comissão e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO alterando para 7 pontos neste item.*

ii. **Qualidade do Projeto - item 2:** Embora a proposta no seu Anexo 17 apresente o Plano de ATER com uma equipe composta de cinco profissionais com 210 horas técnicas, a área de produção (Engenheiro Agrônomo e Técnico Agropecuário) contempla apenas 100 horas, o que é considerado relativamente pouco para atender 250 beneficiários durante a consolidação do projeto (220 de leite e 30 de hortifruti). Em análises de outras Organizações do Sistema, verificou-se a participação dos mesmos profissionais com idêntica carga horária, não está claro a forma de atuação dos profissionais. O Plano se detém às questões de gestão e formação do Quadro Social, dando pouco enfoque à produção. Faltou identificar as parcerias com seus compromissos no Plano. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises semelhantes realizadas em outros projetos apresentados a esta Comissão e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO alterando para 5 pontos neste item.*

iii. **Critério econômico - Item 3:** Verificando as anotações do Anexo 5 e do Balanço (DRE) é possível constatar algumas inconsistências que certamente alteram os indicadores do Fluxo de Caixa e, mudam a análise econômica da proposta. Na Planilha 2 a Matéria Prima são os produtos que a Organização recebe do associado (leite cru e Hortifruti – estes poderiam inclusive estarem desagregados por espécie). Os outros itens pertencem ao campo Insumos, inclusive creio que além destes tenham outros (produtos de limpeza e outros). Na Planilha 2.1 se fizermos uma conta bem simples (2070 x 70% de animais em lactação = 1450; se dividirmos a produção anual/365 dias e dividirmos pelos animais em lactação dará 24 litros por dia/vaca (muito alto). Na Planilha 4 (Custos) o item Insumos está subestimado (já tratamos), considerando que a Energia Elétrica é uma Meta, conclui-se que ao longo dos anos seu custo diminuirá (não acontece, conforme Planilha 4.1). As inconsistências refletem diretamente na Planilha Fluxo de Caixa, não permitindo uma análise mais consistente dos indicadores. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO alterando para 12 pontos neste item.*

iv. **Crítérios sociais - Item 2: Informações complementares após o recurso:** as notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. No entanto, em revisão a nota atribuída ao item 2 do critério social a pontuação foi alterada para 6 pontos.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO de revisão e alterando para 6 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo DEFERIMENTO DO PEDIDO da SISCLAF em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, altera-se a pontuação dos itens 1 e 2 do critério Qualidade do Projeto, o item 3 do Critério Econômico e do item 2 e 3 do Critério Social, conseqüentemente, **a pontuação total ficou em 55,5 pontos e no Critério Econômico 19 pontos**. Neste sentido, o Projeto de Negócios da OSC obteve a pontuação necessária (total e econômica) e re-enquadrado como **CLASSIFICADO**.

Curitiba 30, setembro de 2021

(assinatura eletrônica)

Ovídio Cesar Barbosa

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Idílio Machado

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.844.106-0

1.2. PROPONENTE: Cooperativa Mista Agroindustrial da agricultura Familiar de Palmital-PR

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Otimização do sistema de logística da Cooperativa agroindustrial da agricultura familiar de palmital

1.4. OBJETO DO PROJETO: Organizar a comercialização, buscar novos mercados e oportunidades de negócio, ser competitivo e agregar renda, estruturando a cooperativa por meio da logística de distribuição e comercialização de produtos vegetais in natura, com aquisição de caminhão baú refrigerado e câmara fria para a entrega dos produtos comercializados.

1.4. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Acesso aos mercados institucionais, através da melhoria na logística da comercialização, no total de 21.022 kg de olerícolas in natura

1.5. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 467.124,00

1.6. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 467.124,00

1.7. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00

1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa Mista Agroindustrial da agricultura Familiar de Palmital-PR, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 56 pontos e 13 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOMFAL, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOMFAL ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOMFAL seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 01, 02 E 03 do Critério Econômico, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida – dado que foi desclassificada - não atendimento a pontuação mínima exigida no **critério econômico**.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

c) Na apresentação do recurso não foram apresentados documentos. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Econômicos - item 1:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “*Propõe agregação de valor a produção dos agricultores familiares*”. Tendo em vista, que o objeto do projeto (armazenamento e logística) não evidenciam a agregação de valor miliares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**, reforçado pelo Estudo de Viabilidade Econômica apresentado que aponta que não haverá processamento, apenas distribuição dos produtos. Não há descrição sobre processamento, quais produtos e em que quantidade pretendem-se realizar a embalagem à vácuo.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e a pontuação 2 neste item.

ii. **Critérios Econômicos - item 2:** a organização comprovou a inserção no mercado através da comercialização em mercados institucionais e cita intenção de acesso a outros mercados, porém não apresenta projeto para esta ação, acordo de intenção formal ou informal ou outra demonstração de aliança comercial.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 4 neste item.

iii. **Critérios Econômicos - item 3:** No pedido de recursos não é acrescido nenhuma informação que possa auxiliar numa melhor análise do Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) apresentado. Na avaliação inicial o EVE foi classificado como tendo a “maioria das informações estando adequadamente informadas”. No entanto, as informações apresentadas possuem uma série de problemas que influenciam nos indicadores econômicos apresentados (TIR, PAYBACK e VPL). Entre os problemas podemos citar: (i) o não preenchimento das informações sobre área produtiva e produção dos associados (aba matéria –prima associados) impedindo uma análise da origem da matéria prima informada na aba “matéria-prima total”; (ii) no campo “matéria-prima” os produtos foram agrupados por categorias/grupo – tubérculos, frutas, hortaliças, temperos e “hortifrúti em geral” porém, ser explicar no Projeto Técnico (Anexo 3) como foi feito o cálculo de preço pago (quais os produtos em cada categoria??? e os preços???, qual a média ponderada???) gerando dúvidas na veracidade das informações. (iii) o mesmo problema acontece na aba “receitas” levando a dúvidas sobre o cálculo de preço recebido (quais os produtos em cada categoria??? e os preços???, qual a média ponderada???), além disso, os preços não estão condizentes com o mercado (privado ou institucional). (iv) no campo custos não foram apresentados custos com despesas que entram no negócio proposto pela OSC como: despesas administrativas, despesas com manutenção, insumos. Também apresenta despesas subdimensionadas. Verificando o balanço financeiro da OSC o EVE apresenta um salto de quase 80% nas receitas sem explicações sobre como?

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 7 neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO TOTAL DO PEDIDO** da Cooperativa Mista Agroindustrial da Agricultura Familiar de Palmital – COOMFAL. Sendo assim, mantém-se a **pontuação dos itens 1, 2 e 3 do critério econômico**, respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação de 13 pontos nos critérios econômicos e 56 pontos totais respectivamente**. Assim, mantém-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação total mínima necessária no critério econômico.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.846.050-1
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Agricultores Familiares de Toledo - COFATOL.
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Projeto de Infraestrutura de Apoio à Gestão e Logística para Expansão da Agricultura Familiar.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Infraestrutura de armazenamento (construção de um barracão de 180 M²; aquisição e instalação de um kit de energia fotovoltaico; aquisição de 80 caixas para acondicionar produtos da agricultura familiar; balança eletrônica com plataforma para 150 kg; impressora multifuncional função impressão, cópia, digitalização e fax.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Dois contratos PNAE municipal e estadual
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 420.950,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 420.950,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 22 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de agricultores familiares de Toledo - COFATOL, encaminhou recurso em formulário próprio do Edital, solicitando a revisão de pontuação e classificação da entidade nos itens; Qualidade da Proposta (item 2), Econômicos (item 1), Ambientais (item 2), entendendo que demonstraram capacidade de pontuação melhor conforme critérios estabelecidos no Edital.

Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COFATOL, a Comissão tem o seguinte a declarar.

- a) A interposição do recurso pela COFATOL ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital;
- b) A interposição do recurso pela COFATOL seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no item 2 do critério qualidade da proposta; item 1 dos critérios econômicos; item 2 dos critérios ambientais; objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos;
- c) Na apresentação do recurso estão incluídos documentos referentes à qualidade da proposta, notadamente ao assessoramento técnico. Nesta condição, observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou

comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital. A este propósito, foram levados em consideração todos os documentos que haviam sido anexados à Proposta nas etapas descritas acima.

d) Com relação às pontuações atribuídas a Proposta e exposição de motivo interposto no recurso apresentado:

i. **Qualidade do Projeto – item 2:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 “O assessoramento técnico é suficiente e adequado para viabilizar as atividades planejadas”. A OCS terá assessoramento técnico pelo IDR-Paraná por meio de um engenheiro agrônomo em tempo parcial, porém no plano de ATER não está claro e comprovado por meio de documentação que a assistência técnica terá capacidade de proporcionar assessoramento técnico capaz de viabilizar as atividades planejadas, por meio desta parceria. No entanto, na reanálise da Proposta foi possível constatar no diagnóstico socioeconômico deste edital, que a organização contratou um engenheiro agrônomo, garantido por recursos obtidos do Programa COOPERA-Paraná como objeto de projeto submetido ao termo de cooperação do edital 001/2019, que de certa forma qualifica melhor a assistência técnica para atingimento das metas daquele e deste edital.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, as argumentações e pedido de revisão pela Organização, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação de 3 (três) para 5 (cinco) pontos.

ii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – item 1:** Tendo em vista, que o objeto da proposta em tela não evidencia a agregação de valor diretamente à produção dos agricultores familiares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. Os objetos do projeto têm vistas à ecoeficiência pela geração de energia alternativa, limpa e sustentável por meio sistema fotovoltaico; melhoria operacional na organização da logística de transporte pela recepção dos produtos dos cooperados, descarga, armazenamento e distribuição dos produtos para os canais de comercialização, com potencial para aumentar mercados consumidores e garantia de entrega de produtos padronizados. Portanto, os bens solicitados não objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqüentemente aumentar seu valor.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 0,0 (zero) pontos.

iii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – item 2:** A organização não pleiteia revisão neste item, entretanto, no pedido de recursos é apontado a comercialização por meio de contratos vigentes (corroborados por documentos existentes no protocolo do projeto) sendo possível constatar que além dos mercados institucionais PAA, PNAE Estadual e Municipal (um deles comprovado por contrato em vigência), existe no escopo do projeto da proposta informações de ampliação de mercados privados no município e região, restaurante popular e loja própria.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão REVISAR a nota inicial dada atribuindo 5 (cinco) pontos.

iv. **Qualidade Ambientais – item 2:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Ambientais o projeto "na maioria dos produtos produzidos pelos cooperados não são utilizados produtos agroquímicos, e sim produtos agroecológicos. Que são poucos os agricultores certificados,

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

mas com o trabalho de ATER poderão ampliar o número”. Na reanálise da Proposta foi possível identificar que a OCS comercializou aproximadamente 10 mil quilos de pepino orgânico, que são poucos os cooperados com certificação orgânica, entretanto propõem uma gradativa mudança na matriz tecnológicas de produção, transitando de cultivos convencionais para orgânicos, apoiados pelo plano de ATER e pela contratação de um engenheiro agrônomo contratado pelos recursos do COOPERA do edital 001/2019, também com este objetivo.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item de 0 (zero) para 1 (um) ponto.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do critério qualidade para 12 pontos, do critério econômico para 19 pontos e no critério ambiental para 9 pontos** e, portanto, **alterando-se a pontuação total e no critério econômico para 57 pontos e 19 pontos**, respectivamente. Neste sentido, o Projeto de Negócios da OSC obteve a pontuação necessária (total e econômica) e re-enquadrado como **CLASSIFICADO**.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Roger Daniel de Souza Milléo

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Antônio Cogo Lançanova

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1.** Nº DO PROTOCOLO: 17.846.906-1
- 1.2.** PROPONENTE: Associação de Produtores Familiares do Município de São Pedro do Ivaí e Região - APROFASPIR
- 1.3.** TITULO DO PROJETO: Mercado Municipal de Produtos de Origem Vegetal, Minimamente Processado e Panificados, Acessado e Distribuição
- 1.4.** OBJETO DO PROJETO: Aquisição de equipamentos e estrutura para exposição, beneficiamento, armazenamento e expedição de produtos agro industrializados, minimamente processados de produtos de origem vegetal e panificados.
- 1.5.** MERCADO POTENCIAL INDICADO: Feira, Mercado Municipal, Mercados Institucionais
- 1.6.** VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 249.369,00
- 1.7.** VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 249.369,00
- 1.8.** VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9.** VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A APROFASPIR – Associação de Produtores Familiares do Município de São Pedro do Ivaí e Região, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 32,5 (abaixo do mínimo necessário) e 11,5 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **APROFASPIR**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a)** A interposição do recurso pela **APROFASPIR** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b)** A interposição do recurso pela **APROFASPIR** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 do critério qualidade da proposta, itens 1 e 3 do critério econômico, itens 1 e 2 do critério ambiental e item 3 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade Econômica;
- c)** Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Alvará de Licença com validade e, 31/12/2021; Certificado de Dispensa de licenciamento ambiental estadual e Licença sanitária). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os**

dias 21/05/2021 a 15/07/2021 e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias 05 a 10/08/2021, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade da proposta - item 1:** o projeto apresenta-se dentro dos objetivos do programa, embora pouco claro nas justificativas e com falta de informações importantes para melhor detalhar o que se pretende. O Estudo de Viabilidade Econômica foi feito com informações em categorias gerais (verduras, legumes, raízes, frutas e agroindustrializados) não detalhando o que vai ser agroindustrializados. É informado sobre vendas de produtos “*in natura*” e panificados, com mini processamento para agregar valor (verduras e legumes). Solicitam despulpadora e desidratadora de frutas e verduras, mas não dizem como serão utilizados e qual matéria prima será beneficiada. Reconhecem no projeto a necessidade de realizar a formação de uma cooperativa para organizar a comercialização. No Anexo 8 - Diagnóstico Socioeconômico não informa a maioria das informações. É previsto equipamentos para dois espaços distintos, sem apresentar para nenhum plano de operação. Entendemos que, a maioria dos elementos do projeto são informados.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação deste item para 4 (quatro) pontos.***

ii. **Qualidade da proposta - item 2:** Apresenta a Declaração do gerente regional do IDR-Paraná-Técnicos do IDR-Paraná (Edson de Oliveira – Ivaiporã), Secretário de Agricultura (Eng. Agrônomo) sem, no entanto, apresentar com clareza as ações a serem prestadas. Também não apresenta a descrição de ações envolvendo processamento da produção.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item em 6 (seis) pontos.***

iii. **Critério Econômico – Item 1:** O projeto prevê a agregação de 8,1% do valor de “agroindustrializados”, porém não fica claro no projeto o que é. São feitas várias citações no projeto a panificados e mini processados, sem muitos detalhes no Estudo de Viabilidade Econômica e no Projeto Técnico.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação deste item para 1 (um) ponto.***

iv. **Critério Econômico – Item 3:** No Estudo (EVE) foram informados os produtos em categorias gerais (verduras, legumes, raízes, frutas e agroindustrializados), o que dificulta e dá pouca segurança à análise. Existe uma clara inconsistências entre informações de área e produção. A maioria das informações do Estudo de Viabilidade econômica estão adequadamente apresentadas.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item em 7 (sete) pontos.***

v. **Critérios Ambientais – Item 1:** O projeto apresenta todos os documentos para a comprovação do atendimento das normas exigidas: Certificado de dispensa de licenciamento ambiental

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

estadual; certidão negativa de débitos ambientais; Alvará de licença; Licença sanitária, Lei 1692/2021 – cessão de uso de bem público móvel e lei 1691/2021 – cessão de uso de imóvel.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação deste item para 10 (dez) pontos.

vi. Critérios Ambientais – Item 2: Sem informações e/ou documentação comprobatória de produção de orgânicos, cita a transição para orgânicos.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item em 0,0 (zero) pontos.

vii. Critérios sociais – Item 3: o Projeto, reforçado no pedido de recursos, apresenta 8 mulheres associadas (25%) e beneficiárias diretas, corroborado pela DAP (documento comprobatório) considerado nas avaliações pela Comissão.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item em 2,0 (dois) pontos. Equivocadamente informada como 2,5 pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da APROFASPIR em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 1 da qualidade da proposta, o item 1 do critério econômico e do item 1 do critério ambiental, para 4, 1 e 10 pontos**, respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 37,5 e 12 pontos**, respectivamente. No entanto, mantem-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação e no critério econômico total mínima necessária.

Curitiba, 29 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Jose Antônio Garcia Baena

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Patricia Muzolon

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.847.580-0
- 1.2. PROPONENTE: Associação Regional dos Produtores Orgânicos do Arenito Caiuá
- 1.3. TITULO DO PROJETO Desenvolvimento Sustentável Orgânico mais Produção, Inclusão e renda no Arenito Caiuá
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: O referido Projeto tem como propósito a aquisição de Implementos Agrícolas, Máquinas e Equipamentos utilizados na limpeza, pesagem, beneficiamento e empacotamento, visa efetivamente maximizar a sustentabilidade econômica, agroecológica, os benefícios sociais, a produção orgânica, o beneficiamento, a comercialização e a logística dos produtos advindos da Agricultura Familiar.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: 2 mercados em Loanda e Santa Isabel do Ivaí, entrega em lanchonetes e mercearias em Santa Cruz do Monte Castelo, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Icaraíma, Marilena, Santa Mônica, Amaporã e Planaltina,
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 209.958,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 104.958,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 105.000,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 21 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação Arenito Caiuá - ARPO, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 08 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 20 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela ARPO, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela ARPO ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela ARPO seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 2 do critério ambiental, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Critério Ambiental, Item 2;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Anexo 18 da ARPO, com documentações que apresentam Certificações de produção de Produtos Orgânicos, como arroz, ginseng, gergelim, batata doce e Certificação Participativa Rede Ecovida, conforme citado no corpo do texto do projeto, porém sem comprovação. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da

inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Ambientais – Item 2:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica, no Diagnóstico Socioeconômico da OSC e do Plano de ATER e demais documentos da proposta, na reanálise observou-se que a ARPO possui trabalho consistente com produção orgânica, embora não tenha comprovado com certificados, notas de venda ou outros documentos em um primeiro momento. A partir dos elementos identificados no projeto é possível afirmar que a ARPO realiza trabalhos de apoio à produção beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos ou de base agroecológica, trabalha com produtos da sociobiodiversidade (Maracujá, Batata-doce, Mandioca, Pupunha) e tem envolvimento com a Rede Ecovida, mecanismo de controle social para a garantia da qualidade orgânica e certificação, sendo identificando-se 3 práticas de promoção da produção agroecológica.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e da pontuação inicial neste item (0 pontos) revisando a pontuação para 8 pontos, pois o projeto apresenta informações e comprovação suficientes (documentos e informações nos formulários) para indicar 3 práticas de promoção da produção agroecológica.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo DEFERIMENTO DO PEDIDO da ARPO. Sendo assim, **se altera a pontuação do item 2 do critério ambiental para 16 pontos e, conseqüentemente, a pontuação total, para 59,5 pontos.** Mantém-se a CLASSIFICAÇÃO do Projeto em virtude do atingimento da pontuação total mínima necessária.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Melissa Michels Oliveira

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

André Luís A. Miguel

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

Nº DO PROTOCOLO: 17.849.250-0

PROPONENTE: Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores Ltda. – COAFTRIL.

1.1. TÍTULO DO PROJETO: Produção Sustentável dos Agricultores Familiares da COAFTRIL.

1.2. OBJETO DO PROJETO: Investimento individual: Aquisição de 5 caixas d'água de 20.000 litros e 11 estufas de 7 x 50 metros.

Investimento coletivo: Aquisição de 1 veículo utilitário (caminhonete com capota), 1 computador portátil, 1 computador de mesa, 1 impressora multifuncional tanque de tinta, 800 caixas plásticas para transporte de hortifrúti, 2 balanças digitais (pesagem até 150 kg), 2 geladeiras duplex para armazenamento de frios e sementes e 2 balcões refrigerados para armazenamento de hortifrúti.

1.3. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Os produtos são produzidos pela mão de obra familiar e são bem aceitos nos mercados, sacolas, fornecidos para programas institucionais, PNAE e PAA. Com possíveis compradores em municípios da região, por meio de Programas Institucionais e mercados privados a distribuição se dará de forma organizada.

1.4. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 326.000,00

1.5. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 166.000,00

1.6. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 160.000,00

1.7. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 22 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores Ltda - COAFTRIL encaminhou recurso em formulário próprio do Edital, solicitando a revisão de pontuação e classificação da entidade no item 1 dos Critérios Econômicos, entendendo que demonstraram capacidade de pontuação conforme critérios estabelecidos no Edital.

Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COAFTRIL, a Comissão tem o seguinte a declarar.

- a) A interposição do recurso pela COAFTRIL ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital;
- b) A interposição do recurso pela COAFTRIL seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no item 1 dos Critérios Econômicos; objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos;
- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados novos documentos, somente argumentação. Nesta condição, observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou

inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital. A este propósito, foram levados em consideração todos os documentos que haviam sido anexados à Proposta nas etapas descritas acima.

d) Com relação às pontuações atribuídas a Proposta e exposição de motivo interposto no recurso apresentado:

- **Critérios Econômicos – item 1:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “*Propõe agregação de valor a produção dos agricultores familiares*”. Tendo em vista, que o objeto do projeto (veículo, equipamentos informática, caixas plásticas e equipamentos de armazenamento) não evidencia a agregação de valor, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. O objeto da proposta visa a melhoria operacional na logística de transporte, carga e descarga da produção dos agricultores familiares, conservação de produtos, melhoria nos processos administrativos, o que resulta em ganhos operacionais e redução de custos. Nos ambientes protegidos (estufas) minimizam-se as externalidades com ganho na eficiência produtiva, redução dos efeitos da sazonalidade, favorecendo a oferta mais equilibrada ao longo do ano, com potencial para aumentar mercados consumidores, com possibilidade de entrega de produtos padronizados. Portanto, os bens solicitados não objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqüentemente aumentar seu valor. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 0,0 (zero) pontos.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** em razão **dos itens (a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, a pontuação total do projeto permanece em **52 pontos** total e 16,5 pontos no critério econômico mantém-se em **16,5 pontos** mantendo o projeto **DECLASSIFICADO**.

Curitiba, 29 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Roger Daniel de Souza Milléo

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Antônio Cogo Lançanova

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. **Nº DO PROTOCOLO:** 17.850.103-8
- 1.2. **PROPONENTE:** Cooperativa de Produção, Comercialização e Agroindustrialização Agroecológica União Familiar – **COPRAUF**
- 1.3. **TÍTULO DO PROJETO:** Estruturação de Agroindustrialização.
- 1.4. **OBJETO DO PROJETO:** Construção e equipamentos para agroindustrialização (construção de agroindústria em alvenaria – 170 m²; aquisição de equipamentos para panificados; aquisição de equipamentos para processamento de frutas e serviços de fiscalização da obra).
- 1.5. **MERCADO POTENCIAL INDICADO:** Mercado institucionais PAA e PNAE (Municipal e Estadual). O resultado esperado pelo investimento é a possibilidade de processar produtos primários e **umentar o acesso** aos mercados institucionais.
- 1.6. **VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 559.597,00**
- 1.7. **VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 559.597,00**
- 1.8. **VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00**
- 1.9. **VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00**

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Produção, Comercialização e Agroindustrialização Agroecológica União Familiar – **COPRAUF**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 59 pontos, sendo o Projeto de Negócio CLASSIFICADO, mas com a necessidade de ajustes e condicionantes para apoio financeiro. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **COPRAUF**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **COPRAUF** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **COPRAUF** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida nos critérios qualidade da proposta, item 2, e ambiental, itens 1 e 2, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios qualidade da proposta e ambiental;
- c) Na apresentação do recurso foram apresentados documentos (Relação da equipe técnico-profissional). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação

ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre **os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto de Negócio e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critério Qualidade da Proposta – Item 2:** Das informações apresentadas no Projeto Técnico, verificou-se que os associados receberam assistência do IDR (Ater mais Gestão, fl. 5), do Laboratório de Mecanização Agrícola – LAMA /UEPG, do SEBRAE e da ADEOP (fls. 47 e 48). No projeto também consta declarações de parcerias com a ADEOP, Klabin, Prefeitura Municipal de Ortigueira e Laboratório de Mecanização Agrícola – LAMA/UEPG (fls. 332 a 336) no intuito de continuar contribuindo com ações de assistência técnica e extensão rural. No entanto, a capacitação de boas práticas de manipulação e processamento de alimentos não foi apresentada detalhadamente (apenas citada). Essa capacitação é importante por se tratar da implantação de uma agroindústria.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (7,5 pontos) revisando a pontuação para 9 pontos, pois o projeto apresenta informações e comprovações suficientes para indicar que assessoramento técnico é suficiente para viabilizar as atividades planejadas.

ii. **Critério Ambiental – Item 1:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico e demais documentos apresentados, na reanálise observou-se que a matéria prima é produzida com baixo impacto ambiental (fls.7). A OSC possui Alvará de Licença, Localização e Funcionamento nº 031/2017 (fls.213 e 339) com validade até 31/01/2022; Licença Sanitária e do Exercício Profissional nº 010/2021 com validade até 31/01/2022 (fls. 337). Referente à agroindústria, pleiteará inicialmente a chancela do SIM e posteriormente SIP, uma vez que tem abrangência regional para a entrega aos mercados institucionais.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (7 pontos) revisando a pontuação para 10 pontos, pois o projeto apresenta todos os documentos para comprovação do atendimento das normas exigidas.

iii. **Critério Ambiental – Item 2:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico e demais documentos apresentados, na reanálise verificou-se que a OSC incentiva a produção dos cooperados de forma orgânica/agroecológica com perspectivas a alcançar o fornecimento de 100% da merenda escolar com produtos orgânicos (fls.4). Cita na fl. 7 que grande parte dos cooperados possui certificado de produção orgânica junto à Rede ECOVIDA de Agroecologia (**não foi apresentado documento de comprovação**). Na tabela “Comercialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal” (fls.40, 41, 42 e 43) constam alguns itens orgânicos com certificação. Tem cópia de certificado da ASPTA de que um produtor cultiva milho crioulo livre de transgênicos há 8 anos (fl.324).

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (4 pontos) revisando a pontuação para 8 pontos, pois o projeto apresenta práticas de promoção de produção orgânica e de biodiversidade.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO DO PEDIDO da COPRAUF** em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, altera-se a pontuação do item 2 do critério qualidade da proposta e dos itens 1 e 2 do critério ambiental para 9, 10 e 8 pontos, respectivamente. A pontuação total no critério qualidade da proposta foi para 16,5 pontos e no critério ambiental para 18 pontos, sendo a **pontuação total alterada para 67,5 pontos** havendo uma RECLASSIFICAÇÃO do projeto na ordem final.

Curitiba, 28 de setembro de 2021

(assinatura eletrônica)

Patrícia Helena Santoro

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Denyse Maria Galvão Leite

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.850.216-6
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa dos Cafeicultores de Pirapó - COOCAPI
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Aprimoramento da Infraestrutura de Produção, Armazenamento, Comercialização e Gestão da Cooperativa
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Caminhão Baú Refrigerado, Sistema Fotovoltaico, Câmara Fria, Caixas
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PAA / PNAE Municipal –Estadual / Institucional
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 610.970,76
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 600.000,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 10.970,76

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE PIRAPO - COOCAPI**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 59,5 (acima do mínimo necessário) e 18 pontos no critério econômico (dentro do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOCAPI, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOCAPI ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOCAPI seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 do critério econômico e itens 1 e 2 do critério ambiental) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos itens citados;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Anexo_1_-_Relação_de_Cooperados; ANEXO 2 -CONTRATO ESTADO ANEXO_2-CONTRATO_BATALHÃO_2021; ANEXO 2-CONTRATO COMPRA DIRETA; ANEXO2 -CONTRATO AUTARQUIA MUNICIPAL; Anexo 3 - Feira Verde; Anexo 4 Termo de Parceria UFPR-JANDAIA DO SUL; Anexo 5 - Certificados Orgânicos; Anexo 6 - 1 ATA GRUPO AROEIRA; Anexo 6 - 2 ATA GRUPO AROEIRA; ANEXO 7- EC - Cristiano Andrade Silva; ANEXO 7 -EC - Uelder de Paula Silva; ANEXO 7 -PMO - Uelder de Paula Silva; ANEXO 7-PMO - Cristiano Andrade Silva; Anexo 8 - 1 FOTO OFICINA COM GRUPO AROEIRA; Anexo 8 - 2 FOTO OFICINA COM GRUPO AROEIRA 26-07). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a

apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critério Econômico – item 1:** Tendo em vista, que o objeto da proposta em tela não evidencia a agregação de valor diretamente à produção dos agricultores familiares, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. O objeto da proposta visa a melhoria operacional na logística de transporte, carga e descarga da produção dos agricultores familiares, e a redução de custos com energia elétrica, o que resulta em ganhos operacionais, redução com custos de transporte terceirizados, com potencial para aumentar mercados consumidores e garantia de entrega de produtos padronizados. Portanto, os bens solicitados não objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqüentemente aumentar seu valor.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação de 0,0 (zero) neste item.

ii. **Critério Econômico – Item 2:** A cooperativa apresenta **4 canais de comercialização** inclusive com a apresentação dos contratos já estabelecidos (FUNDEPAR – PNAE ESTADUAL; GOVERNO DO ESTADO – COMPRA DIRETA; CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – PAA e AUTARQUIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – PNAE MUNICIPAL)

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação de 4 (quatro) neste item.

iii. **Crerios Ambientais – Item 1:** O proponente informa que não necessita de licença sanitária, ambiental ou Bombeiros. Comenta que possui alvará de Funcionamento (não encontrado no processo). Apresenta apenas a matrícula do terreno. Comenta que cooperados de agroindústria, tem suas devidas licenças. A certificação a que se refere este item é o da indústria e não dos produtores pois, não há investimentos individuais no projeto.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação de 3 (três) neste item.

iv. **Crerios Ambientais – Item 2:** A cooperativa apresentou documentos relacionados à produção orgânica (sem previsão legal para aceitar novos documentos), o projeto apresenta **1 (uma) prática** que é a produção orgânica.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação de 3 (três) neste item.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** da COOCAPI em razão dos itens (**a, b, c e d**) acima descritos. Sendo assim, mantém **a pontuação total e no critério econômico em 59,5 e 18 pontos**, respectivamente. No entanto, mantém-se a **CLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do atingimento das pontuações mínimas necessárias.

Curitiba, 28 de setembro 2021.

Jose Antônio Garcia Baena
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Patricia Muzolon
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.850.399-5

1.2. PROPONENTE: Cooperativa dos Viticultores de Jandaia do Sul - COOPERVITI

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Desenvolvimento econômico e social por meio do aprimoramento tecnológico da infraestrutura de recebimento, armazenagem, transporte e comercialização da COOPERVITI

1.4. OBJETO DO PROJETO: Energia Solar, caminhão c/ baú, câmara fria

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PNAE Estadual e Municipal (Jandaia do Sul, Bom Sucesso, Marumbi, Kaloré, Cambira e Novo Itacolomi), Compra Direta Paraná, Mercado Privado

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 562.451,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO: R\$ 562.451,00

1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa dos Viticultores de Jandaia do Sul – COOPERVITI, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução SEAB nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 51 pontos e 18 pontos no critério econômico para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPERVITI, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOPERVITI ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOPERVITI seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 dos Critérios Econômicos e item 1 e 2 dos Critérios Ambientais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios econômicos e ambientais;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Relação de cooperados/matéria prima, Alvará de funcionamento, certificado de produção orgânica, Declaração de Parceria Ecovida e Declaração de Parceria PMO). Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Econômicos - Item 1:** O objeto da proposta (Câmara fria e Caminhão baú) não evidenciam a agregação de valor, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)** portanto, os argumentos apresentados não justificam alteração da pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO de revisão e mantém a pontuação 0 neste item.

ii. **Critérios Ambientais - Item 1:** A atividade a ser desenvolvida no empreendimento obriga a apresentação do Alvará de Funcionamento (vencido em 31/01/2021) e Licença do Corpo de Bombeiros, portanto, o argumento apresentado para este item não foi considerado para alterar a pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 3 neste item.

iii. **Critérios Ambientais - Item 2:** Neste quesito a organização cita que existem quatro sócios com produção orgânica, esta menção garante a pontuação mínima no critério.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 1 neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO da COOPERVITI** em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, mantem-se a pontuação do item 1 do critério econômico e dos itens 1 e 2 dos Critérios Ambientais, conseqüentemente, a pontuação de 51 no total e 18 pontos no critério econômico. **Neste sentido, mantem-se a CLASSIFICAÇÃO do Projeto sem alterações de ORDEM de CLASSIFICAÇÃO.**

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Ovídio Cesar Barbosa

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Idílio Machado

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. **Nº DO PROTOCOLO:** 17.850.493-2

1.1. **PROPONENTE:** Associação dos Produtores Rurais de Joaquim Távora - APRJT

1.2. **TÍTULO DO PROJETO:** Barracão para unidade de Beneficiamento e Padronização de cafés

1.3. **OBJETO DO PROJETO:** Construção de Barracão de 160 m² para instalação de unidade de beneficiamento e padronização de cafés

1.4. **MERCADO POTENCIAL INDICADO:** Local, nacional e internacional. **Atualmente** – CONCENP, Capricórnio, Grupo Dois Irmãos, Café Céres, Café Maria.

1.5. **VALOR TOTAL DO PROJETO:** R\$ 250.000,00

1.6. **VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO:** R\$ 250.000,00

1.7. **VALOR DE CONTRAPARTIDA** – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Produtores Rurais de Joaquim Távora - APRJT, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução SEAB nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 40 pontos com 13,5 pontos no critério econômico, 3 pontos no critério ambiental e 8,5 no critério social, para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APRJT, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela APRJT ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela APRJT seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 e 2 dos Critérios Econômicos e item 1 e 2 dos Critérios Ambientais e item 2 dos critérios sociais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida nos critérios econômicos, ambientais e sociais;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (alegação referente ao edital item 13.10, subitem “m” e documentos anexados (anexo 1 – Foto Equipamentos edital 001/2019; anexo 2- N.F de venda de café especial; anexo 3- N.F venda café em côco; anexo 4- foto agroindústria familiares; anexo 5- CAR – Cadastro Ambiental Rural; anexo 6- Certidão de Débitos Ambientais; anexo 7 – Outorga de uso da água; anexo 8- Requerimento de Licença Ambiental; anexo 9- Declaração de conformidade da vigilância sanitária municipal; anexo 10- Contrato de comodato com a prefeitura municipal e a APRJT; anexo 11- Prestação de conta mensal referente ao contrato de comodato; anexo 12- Ofício da rede

Trifásica; anexo 13- Foto Instalação rede trifásica). Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Econômicos - item 1:** Considerando o conceito econômico de agregação de valor, o barracão por si somente não agrega valor, no entanto como se trata de construção para abrigar a instalação dos equipamentos e máquinas obtidas no edital 001/2019, os quais se destinam a “Beneficiamento e Padronização de cafés”, processamento este que AGREGA VALOR ao produto primário, citado na (pág. 13) agregação de valor de 30% no primeiro ano, com incremento anual de 5%, chegando ao sexto ano a 55% da produção beneficiada, a comissão optou por pontuar em 4 pontos, conforme critérios de 3 a 4 pontos para percentual de agregação de valor de 30 a 60% da matéria prima.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO de revisão passando a pontuação de “0” (zero) para “4” (quatro) pontos.

ii. **Critério Econômico - item 2:** Conforme o que foi possível constatar no projeto (pág. 13), identificamos 5 mercados, porém sem apresentar comprovante como notas de venda e ou contratos firmados. Foram citados CONCENP, Capricórnio, Grupo dois Irmãos, Café Cérés e Café Maria.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO de revisão alterando a pontuação neste item para “4” (quatro) pontos.

iii. **Critérios Ambientais – Item 1:** Conforme (pág. 11), onde informa o baixo impacto ambiental, aliado ao retorno dos resíduos para as propriedades como adubo orgânico e que as possíveis licenças necessárias deverão ser obtidas após a construção da obra, para a qual possuem contrato de comodato por tempo indeterminado com o produtor e associado LOETE DO CARMO (pág. 51 e 95). Consta número do Alvará sob número 62020-0 (pág 162) – (Certidão Negativa 4.54/2021)

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO de revisão e altera a pontuação de “3” (três) para “8” (oito) pontos neste item.

iv. **Critérios Ambientais Item 2:** A comissão não identificou no projeto indicativos nem comprovação de produção que enquadre-se no item.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO de revisão e mantém a pontuação neste item.

v. **Critério Social – Item 3:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. No entanto na revisão constatamos que houve equívoco na contagem do número de mulheres. Conforme listagem de nomes dos associados no anexo 5, (pág. 18), são 9 (nove) mulheres o

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

que corresponde a 31,03% do total, assim sendo a pontuação correta é de “3” (três) pontos e não de 1 como consta na tabela de classificação.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **DEFERE PARCIALMENTE** o pedido de revisão e mantém a pontuação neste item, simplesmente colocando no local correto na tabela de pontuação e altera a pontuação do item 3 de “1” (um) ponto para “3” pontos.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da APRJT em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, altera a pontuação total do critério econômico (itens 1 e 2) para 20,5 pontos, no critério ambiental (item 1) para a pontuação total de 8 pontos e no critério social (item 3) para pontuação total de 10,5 pontos, conseqüentemente, o Projeto de Negócio passa a possuir 54 pontos no total e 20,5 pontos no critério econômico. Neste sentido, altera-se a qualificação do Projeto de Negócio para **CLASSIFICADO**.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Ovídio Cesar Barbosa

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Idílio Machado

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.850.799-0
- 1.2. PROPONENTE: Associação dos Produtores de Califórnia – APAC
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Produtividade e Gestão com Sustentabilidade Ambiental e Social na Atividade Leiteira dos Associados da APAC.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Visa a melhoria da produtividade na bovinocultura de leite e o aprimoramento da gestão social da organização, através de tecnologias sustentáveis no manejo de resíduos e dejetos, manejo produtivo e alimentação animal. (Aquisição de: ultrassom veterinário, homogeneizador de esterco; máquina colhedora de forragens; equipamentos de informática – notebook, impressora e data show)
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Programa Nacional de Alimentação Escolar Municipal – PNAE, organização para comercialização de leite in natura para Cooperativas de Leite e tem o intuito de expandir para editais a nível estadual (fls.10 e 15). Contudo nas planilhas “Comercialização de Produtos” (fls.49 e 50) em 2020 consta apenas PNAE municipal (frutas, verduras, leite, carne bovina, bebida láctea).
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 216.675,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 216.675,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Produtores de Califórnia – APAC, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 39,5 pontos e 16,5 pontos no critério econômico, ambas as pontuações abaixo do mínimo necessário para classificação para o Projeto de Negócio. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APAC, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela APAC ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela APAC seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 dos critérios econômicos; itens 1 e 2 dos critérios ambientais e item 2 dos critérios sociais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida na agregação de valor à produção e na ampliação da inserção da produção no mercado (critérios econômicos); no atendimento às normas técnicas, sanitárias ambientais e outras pertinentes e na promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade através de práticas (critérios ambientais) e no grau de organização e consistência da OSC (critérios sociais);
- c) Na apresentação do recurso foram apresentados os documentos: Relação de Sócios – matéria prima (leite e gado); Cópia do contrato com a Prefeitura do Município de Califórnia para o fornecimento de produtos para o PNAE de 2021; Cópia das três últimas atas da reunião da Diretoria; Cópia dos pareceres do Conselho Fiscal; Cópia das três últimas atas da Assembleia Geral Ordinária; Protocolo de abertura do processo para troca de endereço para emissão do Alvará de Funcionamento e Licença Sanitária. Salienta-

se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: **(i)** no ato da inscrição do Projeto de Negócio **dos dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e **(ii)** na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anterior a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. **Critério Econômico – Item 1 (agregação de valor à produção):** Não é evidenciado na proposta a agregação de valor à produção, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)**. Ao longo do projeto faz menção sobre a reativação de mini usina de pasteurização, mas não está definido quando será realizada. Justifica que haverá aprimoramento tecnológico do manejo produtivo, sanitário e na alimentação do rebanho com a aquisição de homogeneizador de esterco e de máquina colhedora de forragens. *Neste sentido, e com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (0 pontos);*
- ii. **Critério Econômico – Item 2 (Ampliação da inserção da produção no mercado):** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, foi possível identificar os seguintes mercados: PNAE Municipal, organização para comercialização de leite in natura para Cooperativas de Leite e a intenção de expandir para editais a nível estadual. Nas planilhas “Comercialização de Produtos” (fls. 49 e 50 do Projeto) em 2020 consta apenas PNAE municipal (frutas, verduras, leite, carne bovina, bebida láctea). *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item para 3 pontos;*
- iii. **Critério Ambiental – item 1 (atendimento às normas técnicas, sanitárias ambientais e outras pertinentes):** conforme a análise do projeto e documentos apresentados na inscrição do Projeto, não foi apresentado nenhum documento referente ao escritório que receberá os equipamentos de informática (Alvará de Funcionamento, Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros). Citam que atualmente não são exigidas licenças sanitárias para a Associação, mas incentivam os associados a atenderem às normas SIM. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (1,5 pontos).*
- iv. **Critério Ambiental – item 2 (Promoção da produção agroecológica, orgânica ou da sociobiodiversidade):** conforme a análise do projeto e documentos apresentados na inscrição do Projeto, este **não pode ser enquadrado como promotor de produção orgânica, agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade**, uma vez que a organização não tem foco na produção de orgânicos e o projeto não trata esta temática. No recurso apresentado, a ASPAC alega que o projeto **(v) promove outras práticas importantes**, pois prevê o tratamento e aproveitamento de resíduos do gado leiteiro através da aquisição e homogeneizador de esterco e instalação de esterqueiras nas propriedades rurais dos associados. Contudo, o Projeto de Negócio, como anteriormente assinalado, não possui o requisito anterior para que seja pontuado, que é a promoção da produção **orgânica, agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade**. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação inicial neste item (0 pontos);

- v. **Critério Social – Item 2 (grau de organização e consistência da OSC):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. A ASPAC possui 2 profissionais para prestação de serviços capacitados para operar máquinas e 1 secretária na diretoria que melhorou a gestão. Afirmam que vão elaborar plano de manutenção e regimento interno da associação. Em sua justificativa afirmam que são um grupo com alguma organização, que realizam contabilidade com pouca frequência, reuniões de diretoria e promovem assembleia anual para aprovação de contas e atividades. **A Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO, uma vez que, na publicação dos resultados, houve a inversão das notas dos itens 2 e 3. Dessa forma, o resultado correto é o ITEM 2 com pontuação de 4,5 e o ITEM 3 com pontuação 0.**

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da ASPAC em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 2 do critério econômico (ampliação da inserção da produção no mercado) para 3 pontos** e, portanto, atingindo a **pontuação de 17,5 pontos no critério econômico e a pontuação total de 40,5 pontos**. No entanto, **mantém-se a DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto** em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária, tanto no critério econômico como na pontuação total, para a classificação do Projeto de Negócio.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Caroline T. Marçal

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Gustavo Scholz

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO:** 17.851.050-9
- 1.2. PROPONENTE:** Associação Platinense dos Agricultores Familiares – APAF
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO:** Estruturação do Transporte e Comercialização de Produtos Hortifruti da Associação Platinense dos Agricultores Familiares – APAF.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO:** Estruturar e organizar a produção, transporte e comercialização de produtos hortifrúti, através da aquisição de um caminhão com baú isotérmico.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO:** PNAE municipal, PNAE estadual e PAA, Feira de Produtores, Mercado Local e por intermédio de atravessadores a CEAGESP de São Paulo. Potencial: mercado local, regional e Estadual, Feiras, venda direta ao consumidor, redes de supermercados, CEAGESP, Mercados Institucionais e outros canais.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO –** R\$ 253.099,99
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO –** R\$R\$ 250.000,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS –** R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA –** R\$ 3.100,00.

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação Platinense dos Agricultores Familiares – APAF, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 51 pontos (acima do mínimo necessário) e 13,5 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APAF, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a)** A interposição do recurso pela APAF ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b)** A interposição do recurso pela APAF seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 3 do critério econômico, item 2 do critério ambiental e item 1 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade de Econômica;
- c)** Na apresentação do recurso foram apresentados os seguintes documentos: Anexo 1 - Certificado de Conformidade do produtor Paulo César Assolari; Anexo 2 - Certificado de Conformidade do produtor Welison Alves Pereira e Anexo 3 - Programação Municipal 2021 - Extensionista Edilene Aparecida Preti Ferrari). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações

apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critério Econômico – Item 1:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto pode observar-se que se trata de um projeto com foco em logística. Conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca).
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (2 pontos).

ii. **Critério Econômico – Item 3:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto não foi possível identificar novos elementos no pedido de recurso, nem inconsistências na avaliação realizada que justifiquem modificação da pontuação anteriormente realizada pela comissão. A posição da comissão é de que a maioria das informações do EVE – Estudo de Viabilidade Econômica NÃO ESTÃO ADEQUADAS, existindo uma série de inconsistências e discrepâncias: a) nas planilhas de matéria prima necessária para o empreendimento e de receitas existe uma discrepância significativa (a quantidade de entrada é a metade da informada para composição de receita), incoerências também ocorrem nos valores de entrada e de preços esperados, com reflexos importantes no custo e na receita. Faltam alguns custos variáveis como, água, impostos, outros e principalmente custos de transporte que deve ter contribuição importante no custo total. No inventário de capital físico falta uma série de bens como, tratores, equipamentos e imóvel, mesmo sendo eles cedidos. A deficiência nestas informações afeta significativamente os índices e valores no desempenho dos indicadores econômicos como, TIR de 248% e VPL 3.274.12,33 (extremamente altos) e um PayBack de 0,4. O Formulário de Diagnóstico Socioeconômico da OCS não está completamente preenchido, notadamente no item 8.3 Distribuição dos Custos da Organização (fl. 38), que poderia ajudar na análise comparativa com o EVE.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (6 pontos).

iii. **Crerios Ambientais – Item 2:** Conforme informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto é possível identificar nos objetivos específicos do projeto “Estimular a produção Orgânica” e na justificativa é mencionado trabalho em parceria com o IDR-Paraná para incentivo da produção agroecológica. são apontadas ações específicas para produção orgânica no plano de ATER. Entretanto, não foram apresentados documentos comprovando a existência de produtores orgânicos certificados. Os documentos apresentados no pedido de recurso reforçam elementos já mencionados anteriormente no projeto
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

neste item (0 pontos) revisando a pontuação para 8 pontos, pois o projeto apresenta informações e comprovação suficientes (documentos e informações no Plano de ATER) sobre a promoção da agroecologia e produção orgânica para que sejam consideradas 3 ou mais práticas.

- iv. **Critérios sociais – Item 1:** Conforme informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica, no Estudo Socioeconômico da OSC e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto verificamos que é possível atender a solicitação, apesar de que a análise não é realizada considerando valores absolutos, mas sim relativos, comparando quadros sociais das organizações e ponderando dentro de cada faixa. Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, ***a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (2 pontos) revisando a pontuação para 3 pontos, pois o projeto apresenta informações e comprovação suficientes.***

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da APAF em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 2 do critério ambiental e do item 1 do critério social para 8 e 3 pontos**, respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 59 e 13,5 pontos**, respectivamente. No entanto, mantém-se a **DESCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária no critério econômico.

Curitiba, 30 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Melissa Michels Oliveira

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

André Luís A. Miguel

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.853.156-5
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - COOPERLAF
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Agregação de valor com foco na gestão e melhoria na captação, transporte e qualidade do leite “*In Natura*” dos agricultores familiares da COOPERLAF
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de Caminhão, Tanque Isotérmico, Resfriadores de Leite a Granel, Agitador de Leite, Geladeira, Leitor para confirmação de análise de antibiótico, notebooks e impressoras.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Laticínio (indústria Cativa) em Jardim Alegre
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 542.848,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 542.848,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - COOPERLAF, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 54,5 pontos (acima do mínimo necessário) e 18 pontos no critério econômico (pontuação mínima necessária) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPERLAF, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOPERLAF ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOPERLAF seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1 e 2 do critério qualidade da proposta, item 3 do critério econômico e itens 1 do critério ambiental e item 2 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade de Econômica;
- c) Na apresentação do recurso não foi apresentado nenhum documento complementar. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe**

previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Qualidade da proposta - item 1: Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto não foi possível identificar novos elementos no pedido de recurso, nem inconsistências na avaliação realizada que justifiquem modificação da pontuação anteriormente realizada pela comissão.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém neste item (8,5 pontos).

ii. Qualidade da proposta - item 2: Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, Plano de ATER, Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto não foi possível identificar novos elementos no pedido de recurso, nem inconsistências na avaliação realizada que justifiquem modificação da pontuação anteriormente realizada pela comissão. O Plano de ATER apresenta planejamento de ações para apenas 2 anos, dentro de um projeto que prevê aumento de produção e produtividade durante 3 anos. Ademais, é prevista no Estudo de Viabilidade Econômica um aumento de produção de 21% em volume de leite, mantido o mesmo plantel. No “Eixo 1. Produção” do Plano de ATER estão previstas 384 horas de atividades, a serem executadas pela equipe técnica mencionada, para um período de 18 meses. Considerando 138 associados envolvidos no projeto e os 18 meses de atividades, cada beneficiário receberia 1,85 horas de assistência técnica, para viabilizar o aumento previsto de 21% na produtividade. Apesar da possibilidade de utilização de metodologia grupais que possam otimizar o tempo dedicado à ATER, o Plano de ATER não foi capaz de garantir aos avaliadores de que o planejamento apresentado é suficiente.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém neste item (8,5 pontos).

iii. Critério Econômico – Item 3: Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto não foi possível identificar novos elementos no pedido de recurso, nem inconsistências na avaliação realizada que justifiquem modificação da pontuação anteriormente realizada pela comissão. Apesar das informações estarem bem apresentadas e justificadas, alguns dados apresentados são questionáveis como a produtividade média apresentada. Ao realizar a divisão da “Projeção de Produção” pela “Projeção de Plantel” são obtidas produtividades que variam entre 2000 e 2400 L/ano por animal, considerada bastante baixa (~35% abaixo da média do estado no ANO 1) e mesmo com equipe técnica estruturada e Plano de ATER, a proposta sequer propõe atingir a média estadual ao final do ANO 6. Outro aspecto também questionável é a redução do custo com transporte, mesmo com aumento da produção transportada. Apesar da aquisição de um caminhão novo poder reduzir inicialmente o custo, não é possível afirmar que o custo é o mesmo transportando um volume 21% superior de acordo com o proposto no projeto.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém neste item (17 pontos).

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

- iv. **Critérios Ambientais – Item 1:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto não foi possível identificar novos elementos no pedido de recurso, nem inconsistências na avaliação realizada que justifiquem modificação da pontuação anteriormente realizada pela comissão. Apesar das alegações do recurso, espera-se que uma organização com sede física apresente também alvará de funcionamento válido, além da licença sanitária.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém neste item (8,5 pontos).
- v. **Critérios sociais – Item 2:** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 dos Critérios Sociais “consideram a organização estruturada e organizada”. As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. A COOPERLAF no Anexo 5 e na DAP Jurídica apresentou 138 associados, sendo 12 mulheres e 4 jovens, recebendo pontuação 1 no ITEM 3 do edital. Já para o ITEM 2, que trata do “Grau de organização e consistência da OSC”, foi atribuída pela comissão nota 4.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO realizando a inversão das notas dos itens 2 e 3, ficando o ITEM 2 com pontuação 4 e o ITEM 3 com pontuação 1.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo INDEFERIMENTO DO PEDIDO da COOPERLAF em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, apenas inverte-se a pontuação dos itens 2 e 3 do critério social (apontamento feito no subitem v), não alterando a pontuação total e no critério econômico para 54,5 e 18 pontos, respectivamente. Mantem-se a CLASSIFICAÇÃO do Projeto em virtude do atingimento da pontuação total mínima necessária.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Melissa Michels Oliveira

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

André Luís A. Miguel

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.853.193-0
- 1.2. PROPONENTE: Boreal Cooperativa da Agricultura Familiar de São Miguel do Iguaçu – BOREAL
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Fomento a biodiversidade e produção agroecológica.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de bens e serviços necessários a consolidação dos processos de produção e agroindustrialização de agricultores (individual) e comercialização de alimentos pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais (equipamentos para o Mercado do Produtor – venda direta ao consumidor
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercados Institucionais (PAA e PNAE), Supermercados, Mercado do Produtor
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 381.712,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 204.902,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 176.810,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **Cooperativa da Agricultura Familiar de São Miguel do Iguaçu – BOREAL**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 42,5 (abaixo do mínimo necessário) e 14,5 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **BOREAL**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **BOREAL** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **BOREAL** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento amplos (sem informar qual item) das pontuações obtidas no critério qualidade da proposta, critério econômico, critério ambiental e critério social objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Carta de solicitação da revisão). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não**

existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade da proposta – itens 1 e 2:** o projeto informa a maioria dos elementos porém, apresenta algumas inconsistências e falta de clareza nas informações apresentadas no Projeto Técnico e no Estudo de Viabilidade (não descreve os produtos e estabelece um preço médio) Separa por grupos Agroindústria, Hortaliças e Frutas. Valores apresentado nas vendas valor médio R\$ 2,80 no PAA. Apresenta 9 produtos. Empresa privada, para elaboração da proposta e acompanhamento. Apoio de extensão da APROSMI, Itaipu, IDR, Cresol, Sindicato dos trabalhadores rurais, ACICO Assoc da Comunidade Indígena, APEPU e Prefeitura. A maioria dos elementos do projeto são informados em ambos os itens da qualidade da proposta. a proposta apresenta boas parcerias: APROSMI, Itaipu, IDR, Cresol, STR, PM, Mercado do Produtor,

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação dos itens 1 e 2, para 4 (quatro) pontos em ambos, aumentando a pontuação neste critério para 8 (oito) pontos.***

ii. **Critério Econômico** – No quesito agregação de valor é impossível identificar no Projeto Técnico e no EVE os produtos (número ou percentual) que será transformado (conforme critério do Edital). A nota atribuída foi em consideração a identificação de maquinas e equipamentos previstos como investimentos no projeto. Com relação ao acesso a mercados foram identificados 4 canais de comercialização: PAA, PNAE, varejo e venda direta. Com relação ao Estudo de Viabilidade Econômica (fls. 328/341) apresenta-se com poucas informações e de forma genérica(!) em todas as planilhas (matéria-prima – total e associados e receitas) atribuindo as mesmas informações para produtos com especificidades particulares (produção, produtividade, rendimento, receitas, custos). Na aba custos informam apenas os custos da matéria prima sem informar uma série de custos do negócio (despesas adm, manutenção, seguros, energia, água, impostos, entre outros). Como apenas comercializam os produtos dos cooperados, usam o montante geral e não discriminam por produto.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste critério em 14,5 (quatorze e meio) pontos.***

iii. **Critérios Ambientais** – Estruturação do mercado, com dispensa de licenciamento ambiental apresenta registro de imóveis e termo de cessão de uso. Apresenta dispensa de licenciamento ambiental menciona. Não apresenta licença Municipal, não apresenta bombeiro. Nos beneficiários individuais que menciona agroindústria, não apresentam SIM, no fomento tem motosserra (IAT ou IBAMA licença). O Mercado do Produtor possui alvará, licença sanitária e ambiental para funcionamento. O local é cedido para eles, só falta os equipamentos. Menciona uma prática de produção agroecológica, orgânica ou da biodiversidade.

*Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão **DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação do item 2 deste critério para 3 (três) pontos, aumentando a pontuação neste critério para 6 (seis).***

iv. **Critérios sociais** – As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. Com relação aos

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

beneficiários diretos foram identificados a cooperativa possui 105 associados sendo 63 mulheres, 5 indígenas, 3 quilombolas e 20 jovens – total 91 (86%). Possuem assessoria contábil e administrativa, reunião mensal da Diretoria e assembleias gerais pelo menos 1x/ano. Apresenta contratos de prestação de assessoria jurídica e contrato de prestação de serviços de contabilidade.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação do item 2 deste critério para 9 (nove) pontos, aumentando a pontuação neste critério para 19 (dezenove) pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da **BOREAL** em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação dos itens 1 e 2 da qualidade da proposta, o item 2 do critério ambiental e do item 2 do critério social, para 4, 4, 3 e 9 pontos**, respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 47,5 e 14,5 pontos**. No entanto, mantém-se a **DECLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária total e no critério econômico.

Curitiba, 29 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Jose Antonio Garcia Baena

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Patricia Muzolon

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.853.463-7
- 1.2. PROPONENTE: Associação dos Produtores Rurais de Lunardelli - LUNAPROL
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Reestruturação do barracão e aquisição de equipamentos para melhorias de armazenamento e comercialização.
- 1.4. OBJETO DO PROJETO Reestruturação e reforma do barracão, bem como, aquisição de bens, sendo eles, câmara fria e demais equipamentos para auxiliar no armazenamento dos alimentos para a comercialização.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercado institucional (PAA e PNAE), Ceasa Maringá e Londrina, feira, varejo local
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 248.118,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 248.118,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Produtores Rurais de Lunardelli - LUNAPROL, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 42 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 18 pontos no critério econômico para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela LUNAPROL, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela LUNAPROL ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela LUNAPROL seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 do critério qualidade da proposta, item 1 e 2 do critério ambiental e itens 1 e 2 dos critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios qualidade da proposta, ambiental e social.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Ata de Assembleia, Certidão Negativa de Débitos Ambientais emitida em 23/09/2021, Declaração de Dispensa Sanitária emitida em 21/09/2021, Nota fiscal de venda de “Açaí Jussara in natura” emitida em 08/01/2021). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias**

21/05/2021 a 15/07/2021 e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade da proposta - item 1:** A proposta adequa-se aos objetivos do programa, contudo algumas informações são apresentadas de forma superficial e pouco detalhadas. Os produtos são mencionados em grupos, mas deveriam ser apresentados detalhadamente. Foram solicitados recursos para aquisição de itens para processamento mínimo dos produtos, mas não especificam o que será processado e quais as quantidades. Não definem aspectos técnicos de relacionados às práticas de manipulação de alimentos e não mencionam a contratação de técnico capacitado responsável por esses procedimentos. Os orçamentos e cronograma são adequados.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a nota inicial (4 pontos) para 6 pontos neste item, pois entende-se que o projeto adequa-se aos objetivos do programa, apresenta orçamentos e cronograma coerentes, contendo a maioria dos elementos e informações apresentados de forma coerente.

ii. **Crítérios Ambientais – Item 1:** Os documentos apresentados foram: Certidão de ocupação de solo, Projeto técnico, Anotação de responsabilidade técnica, Declaração de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais. Não apresentaram DLAE, Alvará de funcionamento, Licença de bombeiros.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão nota DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a nota inicial (3 pontos) para 6 pontos, pois foram apresentados a maioria dos documentos necessários.

iii. **Crítérios Ambientais – Item 2:** As informações apresentadas no recurso, como o manejo extrativista da Palmeira Jussara, uso de insumos para a agricultura orgânica, entre outras, não constam no Projeto submetido. Contudo, a comissão avaliadora verificou que consta no projeto a informação que existe a capacitação de em agricultura orgânica 15 associados por técnico consultor do SEBRAE TEC, como forma de incentivo e promoção da Agricultura Orgânica.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a nota inicial (1 ponto) para 2 pontos, pela capacitação dos associados.

iv. **Crítérios sociais – Item 1:** O critério de pontuação estabelecido pela comissão é objetivo e baseado apenas nos dados apresentados no anexo 5, com nota de 2 a 4 pontos para 51 a 99 agricultores envolvidos diretamente no projeto. Sendo assim, a nota para esse item é de 2 pontos.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 2 pontos neste item.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

- v. **Critérios sociais – Item 2:** Houve uma inversão das notas dos itens 2 e 3 do critérios social no ato da publicação dos resultados. Assim, a nota publicada no item 2 dos Critérios Sociais refere-se ao percentual de categorias frágeis envolvidas no projeto, que, de acordo com o Bloco 6, são 6 mulheres e 2 jovens, que corresponde 15,38% do total de sócios ativos, sendo atribuída a nota de 1,5 pontos. No item 3, que é referente ao grau de organização, a Associação recebeu nota 5. Nesse item, foi feita a reanálise da pontuação e a comissão considerou os relatos apresentados no projeto referentes à organização da OSC e também as documentações comprobatórias, como as atas de reuniões, balanço patrimonial, assessoria contábil, estatuto e composição do quadro de diretoria.
- Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a nota inicial (5 pontos) para 7 pontos, com grupo organizado e preparado.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da LUNAPROL em razão dos itens (**a, b, c e d**) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 1 da qualidade do projeto (6 pontos), do item 1 e 2 do critério ambiental (6 e 2 pontos, respectivamente) e do item 2 do critério social (7 pontos)** e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico passa a ser 50 e 18 pontos**, respectivamente. Assim, o projeto passa para a condição de CLASSIFICADO por atingir a nota mínima necessária.

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônico)

Patrícia Santoro

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônico)

Denyse Maria Galvão Leite

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.853.647-8
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Agricultura Familiar Matorriquense - COAMAR
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Projeto de Desenvolvimento Organizacional na Produção de Polpas Frutíferas Oriundas da Agricultura Familiar
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Equipamentos para agroindústria, visando estruturar cadeia produtiva de polpa de frutas
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO:
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 229.950,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 229.950,00
- 1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Agricultura Familiar Matorriquense - COAMAR, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 47 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 11 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COAMAR, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COAMAR ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COAMAR seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 3 do critério econômico) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade de Econômica;
- c) Na apresentação do recurso **não foi apresentado novo documento, somente argumentação.** Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critério Econômico – Item 3:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto pode observar-se que na tabela 2, que dimensiona os custos de produção, foram informadas quantidades nas colunas “QUANTIDADE NECESSÁRIA” inferiores ao informado na tabela 3, que estima as receitas (A exceção foi somente para o ano 6). Este fato por si só já causa um subdimensionamento de custos na análise. Adicionalmente, foi considerado um percentual de rendimento de 100%. A literatura técnica indica que o rendimento desta operação é próximo de 50%, a depender de fatores como variedade, época do ano etc. Mantidas todas as outras informações do estudo de viabilidade econômica, a redução do percentual de rendimento para 87% já torna o investimento inviável economicamente. O projeto também é confuso ao tratar o processamento de laranja, poncã e tangerina como sendo produção de polpa de fruta e não como produção de suco de fruta. O Decreto nº 6.871/2009, que regulamenta a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas estabelece que polpa de fruta é o produto obtido de fruta polposa, categoria a que não pertencem laranja, poncã e tangerina de acordo com Instrução Normativa 12/2003 do MAPA. Caso a proposta esteja tratando de suco, é possível que outros processos sejam necessários, como a pasteurização, o que exigiria equipamentos não solicitados. Ainda na aba “2. Matéria Prima e Insumos (total)” foram informadas quantidades de embalagens que quando comparadas com a “QUANTIDADE PRODUZIDA” informada na aba “3. Receitas Estimadas” resultam em embalagens de diversos tamanhos, mas sempre acima de 17Kg, chegando a 35 Kg. Mesmo considerando rendimentos menores mais adequados, estas embalagens estariam fora dos padrões estabelecidos pelos principais mercados indicados pela OSC (PNAE e PAA) e de próprio mercado privado, seja ele de suco ou de polpa. A confusão entre polpa e suco, impede avaliar se os preços estão dentro dos padrões aceitáveis, mas a impressão é de que o preço informado, entre R\$1400,00 e R\$1700,00/tonelada, também está equivocado, novamente, superestimados, comprometendo a análise da viabilidade financeira. A proposta, na tabela 2.1, também propõe um aumento de área cultivada de quatro vezes, indo de 25 e 300 toneladas no ano 1 para 100 ha e 1200 toneladas no ano 6. Este salto em área, apesar de possível, é questionável sem que as ações de orientação técnica na implantação de novas áreas estejam muito bem estruturadas, o que não foi possível identificar. Neste ponto também é questionável a manutenção de produtividades baixas (12t/ha) mesmo com a implantação de novas áreas, sendo que o estado tem média de produtividade acima de 36 t/ha, cita acompanhamento por engenheiro agrônomo, mas não conta com um planejamento ou estratégias para um aumento de cerca de 5 vezes da produção. Foram omitidos na tabela “4. Custos do Empreendimento” custos com água, energia elétrica, impostos e transporte que podem ser significativos no caso da fabricação de sucos ou polpas.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (6 pontos).

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DA COAMAR** em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, mantém-se a pontuação do item 3 do critério econômico **em 6** e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico em 47 e 11 pontos,**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

respectivamente. Mantém-se a DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação total mínima necessária e da pontuação no critério econômico.

Curitiba, 27 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.854.260-5
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Medianeira – COOPLAF Medianeira
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Estruturação Comercial da COOPLAF Medianeira
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Adquirir, a título de investimento coletivo, um veículo urbano de carga, um veículo de passeio e equipamentos para apresentação das assembleias (microfone, caixa de som e projetor).
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Possui experiência na execução de projetos PNAE, entregando o leite e o iogurte em aproximadamente 10 municípios. Com a rede própria de entrega pode-se buscar atender esses municípios na merenda escolar municipal também (fls.8). Além dos programas de alimentação escolar, a COOPLAF busca acessar os mercados privados, como supermercados, mercearias e padarias (fls.9). Contudo nas planilhas “Comercialização de Produtos” (fls.37 e 39) em 2020 consta PNAE estadual e outros mercados - atacado, com leite pasteurizado, iogurte e leite cru.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 267.529,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 267.529,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Medianeira – COOPLAF Medianeira, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação de 19 pontos no critério econômico e pontuação total de 44,5 pontos, estando esta última abaixo do mínimo necessário para a classificação do Projeto de Negócio. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPLAF Medianeira, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOPLAF Medianeira ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOPLAF Medianeira seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 dos critérios econômicos e item 2 dos critérios sociais) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita a revisão da pontuação obtida na agregação de valor à produção e no grau de organização e consistência da OSC (critérios sociais);

- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados documentos. Apenas citaram que a documentação comprobatória da justificativa foi apresentada no protocolo do projeto no prazo oportuno. Salienta-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: **(i)** no ato da inscrição do Projeto de Negócio **dos dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e **(ii)** na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anterior a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**
- d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:
- i. **Critério Econômico – Item 1 (agregação de valor à produção):** Ressalta-se que aproximadamente 0,25% do total de leite produzido é transformado; com o projeto, a proposta é aumentar para aproximadamente 1,6% em 6 anos. A cooperativa já comercializa leite pasteurizado e iogurtes - cerca de 36690 litros de leite pasteurizado e 18764 litros de iogurte (total estimado em 1,5% do total de leite entregue pelos cooperados), com projeção de aumento das vendas destes produtos durante os anos subsequentes. Não é evidenciado no projeto a agregação de valor à produção, conforme conceito econômico clássico usado na avaliação pela Comissão, que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, como por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagem, rotulagem e marca). O objeto da proposta visa a melhoria operacional na logística de transporte, resultando em ganhos operacionais, na redução de custos de transporte terceirizados e com o potencial de aumentar mercados consumidores.
Neste sentido, e com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (1 ponto).
 - ii. **Critério Social – Item 2 (grau de organização e consistência da OSC):** As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. A COOPLAF Medianeira conta com Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Possui plano de operação e manutenção, além de realizar o Balanço Patrimonial. Em sua justificativa afirma que realiza Assembleias Ordinárias anualmente, fato comprovado por meio de atas encaminhadas anteriormente. Menciona que o conselho de administração se reúne regularmente ao menos uma vez a cada bimestre, com calendário de reuniões previamente agendadas. Afirma ainda que a Cooperativa é acompanhada por escritório de contabilidade e que o contador realiza uma reunião trimestral com os diretores, apresentando todas as informações da cooperativa bem como o balancete.
Neste sentido, e com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO, mantendo a pontuação neste item 7 (pontos).
 - iii. **Critério Social – Item 3 (% das categorias sociais frágeis envolvidas):** As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento. Conforme a análise inicial das informações contidas no Projeto, foram identificadas 39 beneficiárias mulheres, categoria socialmente frágil, representando 40%.
Neste sentido, e com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO, alterando a pontuação inicial de 1 para 4 pontos.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da COOPLAF Medianeira em razão dos itens (**a, b, c e d**) acima descritos. Sendo assim, **altera a nota no critério social - item 3**, atingindo a **pontuação de 19 pontos no critério econômico e a pontuação total de 47,5 pontos**. No entanto, **mantém-se a DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto** em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária na pontuação total para a classificação do Projeto de Negócio.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Caroline T. Marçal

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Gustavo Scholz

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.854.487-0
- 1.2. PROPONENTE: Associação de Pequenos Produtores Rurais e Artesanais de Antonina - ASPRAN
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Projeto de Ampliação da Competitividade, Transformação e Agregação de Valor aos Produtos Agropecuários dos Associados da ASPRAN,
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de um armário para crescimento de pães 580x680 com 20 assadeiras, 40 formas para pães de forma caseiro, 1 amassadeira espiral com capacidade para 40Kg, 1 extrusora de massas com capacidade mínima para 20Kg, 2 fornos profissionais com capacidade para 10 esteiras com gás, 1 fatiadeira de pães caseiros, 1 ultra congelador com capacidade mínima 40Kg, 1 câmara fria comercial 4 portas, 20 bobinas pebd com impressão de fotocélula para envase de polpas de frutas, 1.000 vidros de tampas para conservas, 1.000 vidros com tampa para geleias, 15.000 sacos para embalagem de alimentos a vácuo, 66 cxs plásticas para transporte de produtos, 1 veículo utilitário para transporte de carga.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercados institucionais PNAE municipal e estadual, PAA e produtos agroindustrializados (mercados, lanchonetes e restaurantes)
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 261.314,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$240.000,00
- 1.8. VALOR DO APOIO INVESTIMENTO INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 21.314,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Artesanais de Antonina, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 60 pontos e 18 pontos no critério econômico para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela ASPRAN, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela ASPRAN ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela ASPRAN seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 2 do critério ambiental) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.

- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (certificados de produção orgânica). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**
- d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:
- i. **Critério Ambiental - item 2:** conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico (Pag. 6 - Justificativa do Projeto) a ASPRAN apresenta as informações que embasam a solicitação. Cerca de um terço dos produtos comercializados atualmente no mercado institucional, tanto in natura quanto processados, são orgânicos; faz parte de seu planejamento estratégico a conversão dos produtores rurais em produtores orgânicos certificados ou agroecológicos e produtores e unidade de processamento são certificados atualmente pelo Programa Paraná Mais Orgânico. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos da linha ORGÂNICA semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a pontuação inicial (0) para 8 pontos no referido item 2 do Critério ambiental.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pela DEFERIMENTO do pedido de recursos, alterando a pontuação do critério ambiental – item 2, atribuindo 8 pontos. Sendo assim, fica o projeto com **pontuação total de 68 pontos e 18 pontos no critério econômico**, mantendo a CLASSIFICAÇÃO do projeto e alterando a ORDEM FINAL.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.855.173-6

1.2. PROPONENTE: Cooperativa de Produtores de Frutas de Santa Maria - COOPERSANTA

1.3. TITULO DO PROJETO Investimento em infraestrutura como complementação do projeto de Negócio SEAB/DEAGRO 001/2019. Fomento à logística, transporte e aquisição de equipamentos para beneficiamento da produção.

1.4. OBJETO DO PROJETO: Estruturação da cooperativa por meio dos seguintes investimentos: aquisição de um furgão pequeno refrigerado para o transporte de suco de laranja, aquisição de equipamentos, sendo uma esteira transportadora para laranja e um tanque de imersão para lavagem e um tanque de imersão para lavagem da laranja antes da classificação; construção de um fosso para recebimento da laranja, aquisição de um empacotadora e seladora de farinha de mandioca, instalação de uma cerca no entorno do terreno da cooperativa como medida de segurança, instalação de um poço artesiano; aquisição de 1600 caixas plásticas; aquisição de equipamentos para escritório, sendo um Notebook e um Datashow

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercado Fair Trade (94%); Mercado Institucional (PAA, PNAE); Indústria e Mesa, Varejo.

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 379.968,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 379.968,00

1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00

1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa de Produtores de Frutas de Santa Maria - COOPERSANTA, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 60,5 (acima do mínimo necessário para a classificação) e 24 pontos no critério econômico (acima do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPERSANTA, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a)** A interposição do recurso pela COOPERSANTA ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b)** A interposição do recurso pela COOPERSANTA seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 3 do critério econômico, item 2 do critério ambiental e item 2 do critério social) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade de Econômica e nos itens citados;

- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados documentos, apenas argumentação. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**
- d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:
- i. **Critério Econômico – Item 3:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos do projeto, na reanálise do projeto pode observar-se que todas as informações necessárias para a análise econômica foram adicionadas e que a pontuação obtida (14 pontos neste item) foi a média das pontuações dadas pelos analistas do projeto (15 e 13 pontos respectivamente), portanto, consideramos que a Cooperativa apresentou todos os dados necessários para uma análise econômica do projeto de negócio.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera pontuação neste item para 15 pontos.
 - ii. **Crerários Ambientais – Item 2:** A Cooperativa não cita no projeto a produção orgânica, apresenta o certificado Fairtrade que define o Comércio Justo (Fair Trade, em inglês) como uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado. Cumprindo com uma série de responsabilidades sociais, econômicas e ambientais que tornarão a cadeia produtiva mais justa, menos exploratória e mais harmônica com a natureza. No entanto, não estabelece normas de promoção da produção orgânica.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (0 pontos).
 - iii. **Crerários sociais – Item 2 e 3:** As notas finais divulgadas para os itens 2 e 3 deste critério tiveram a ordem trocada, o que deve ter sido levado à OSC ao questionamento.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém as pontuações nestes itens.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da COOPERSANTA em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 3 do critério econômico, para 15 pontos**, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico para 61,5 e 25 pontos**, respectivamente, havendo uma RECLASSIFICAÇÃO do projeto na ordem final.

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

(assinatura eletrônica)

Jose Antônio Garcia Baena

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Patricia Muzolon

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.855.615-0

1.2. PROPONENTE: Associação de Agricultores e Empreendedores Rurais Familiares de Arapongas **(AAERFA)**

1.3. TITULO DO PROJETO: Central de Recebimento e Distribuição da AAERFA

1.4. OBJETO DO PROJETO: Construção de um barracão com escritório e sanitários para o funcionamento da Central de Recebimento e Distribuição da AAERFA, com uma sala de manipulação de alimentos com infraestrutura para seleção classificação de hortifrúteis

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Propões participar de PNAE Municipal e Estadual, PAA, Sacolão Municipal, Supermercados lotais

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 250.000,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 250.000,00

1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,0

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 17 setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação de Agricultores e Empreendedores Rurais Familiares de Arapongas **(AAERFA)**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 51 pontos (acima do mínimo necessário) e 20,5 pontos no critério econômico (acima do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela AAERFA, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela AAERFA ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela AAERFA seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 do critério ambiental da proposta e item 2 do critério ambiental) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento, foi incluído cinco anexos (Anexo 1: Termo de Conformidade TECPAR – Tecpar Cert; Anexo 2: Certificação Genesis; Anexo 3: Declaração do IDR de acompanhamento de produtor orgânico; Anexo 4: Declaração Sebrae; e Anexo 5: Recurso). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio

entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021 e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias 05 a 10/08/2021, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critérios Ambientais – Item 1:** o presente critério ambiental do item 1 faz referência a necessidade de “atende as normas técnicas, sanitárias, ambientais e outras pertinentes envolvidas no projeto”. No projeto não consta e não faz referência aos documentos comprobatórios para o desenvolvimento dos trabalhos da Associação. Isto é, não consta atestado sanitário, ambiental ou outros que necessitariam para o projeto. Os anexos 1,2,3 e 4, que foram incluídos no momento do recurso, se referem ao item 2 do critério ambiental. Mas não aceitos neste momento para qualificar o projeto.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação inicial neste item.

ii. **Critérios Ambientais – Item 2:** Este critério ambiental, item 2, faz referência a produção agroecológica, orgânica, entre outras práticas. Em momento algum no projeto a associação menciona ou inclui documento comprobatório com relação a produção orgânica ou agroecológica. E o entendimento é de que esta Associação não promove a produção orgânica. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação inicial neste item.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** da AAERFA em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **a pontuação do item 1 e 2 do critério ambiental permanecem os mesmos. A pontuação total do projeto é 51 pontos e no critério econômico de 20,5 pontos.** Neste sentido, mantém-se a CLASSIFICAÇÃO do Projeto em virtude da pontuação total mínima necessária (total e econômica).

Curitiba, 29 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Claudine Maria De Bona

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Carlos Alberto Salvador

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.856.494-3

1.2. PROPONENTE: Associação Cambaraense de Agricultores Familiares – ACAF.

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Fomento da cadeia produtiva das hortaliças e frutas com ênfase no desenvolvimento da agroindústria familiar do município de Cambará.

1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de um sistema fotovoltaico, perfuração de poço artesiano e aquisição de equipamento de refrigeração para fomentar a cadeia produtiva das hortaliças e frutas.

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: A ACAF atende os programas institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), os quais fornecem produtos in natura para escolas estaduais, municipais, creches, asilos e APAE (fls.5). Atualmente a Associação possui infraestrutura física planejada para o processamento de alimentos de origem vegetal, na qual realizam-se as etapas de recepção, seleção, classificação e separação de alimentos. Com o aumento da participação da agricultura familiar na produção de produtos minimamente processados, a ACAF tem viabilizado o acesso a novos mercados, principalmente os supermercados da região (fls.5). Na fl.6 cita que a partir de 2013 iniciou a comercialização de olerícolas na CEASA em Londrina.

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 179.065,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 179.065,00

1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00

1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação Cambaraense de Agricultores Familiares – ACAF, encaminhou recurso em formulário próprio do Edital, solicitando a revisão de pontuação e classificação da entidade nos itens: Qualidade da Proposta (itens 2), Critérios Econômicos (itens 1), entendendo que demonstraram capacidade de pontuação melhor conforme critérios estabelecidos no Edital.

Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela ACAF, a Comissão tem o seguinte a declarar.

- a) A interposição do recurso pela ACAF ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital;
- b) A interposição do recurso pela ACAF seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida no item 2 do critério qualidade da proposta e item 1 nos critérios econômicos; objeto da solicitação de

reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção e Classificação com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.

- c) Na apresentação do recurso foram incluídos documentos referentes à qualidade da proposta, aspectos econômicos, ambientais e sociais. Nesta condição, observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.
- d) Com relação às pontuações atribuídas a Proposta e exposição de motivo interposto no recurso apresentado:

- i. **Qualidade da Proposta – item 2 (Assessoramento Técnico):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 2 “a associação possui assessoramento técnico suficiente e adequado para viabilizar as atividades planejadas, pois a ACAF vem sendo atendida pela EMATER desde sua fundação e atualmente pelo IDR-Paraná conforme Termo de Adesão do COOPERA-PR”. A OSC demonstrou por meio de documentação, plano de assistência técnica e possibilidades de parcerias, possuir relativa capacidade de proporcionar assessoramentos técnicos capazes de viabilizar as atividades planejadas. Na reanálise da Proposta valendo-se das informações descritas no Projeto Técnico, resta evidente que a pontuação está em conformidade com a percepção obtida pelos avaliadores, entendendo-se que são apresentados a maioria dos elementos que garantem o assessoramento técnico.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo a pontuação de 7 (sete) pontos.

- ii. **Crerios Econmicos – item 1 (Agregao de valor):** O pedido de recurso buscou afirmar que no item 1 “o projeto da ACAF propoe agregao de valor a producao dos agricultores familiares em um percentual maior que 60% da materia-prima prevista”. Tendo em vista, que o objeto a producao dos agricultores familiares, conforme conceito economico classico e utilizado na analise pela Comissao **que e a transformacao de um produto em algo com valor mercadologico maior, por exemplo, processos de agroindustrializacao, beneficiamento e/ou classificacao ou de diferenciacao mercadologica e de comercializacao (embalagens, rotulagem ou marca)**. O objeto da proposta tem vistas a ecoeficiencia pela geracao de energia alternativa, limpa e sustentavel por meio sistema fotovoltaico; a melhoria e reducao de custos com consumo de agua; a manutencao do padrao da producao dos agricultores familiares, o que resulta em ganhos operacionais, reducao com custos, com potencial para aumentar mercados consumidores e garantia de entrega de produtos padronizados. Portanto, os bens solicitados nao objetivam transformar o produto de forma a verticalizar o processo e conseqentemente aumentar seu valor.

Neste sentido, com base nas informacoes que constam no processo, considerando analises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideracao os criterios do Edital, a Comissao INDEFERE O PEDIDO DE REVISAO mantendo a pontuacao de 0,0 (zero) pontos.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissao de Selecao manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** em razao dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, a pontuacao total do projeto fica mantida em **47 (quarenta e sete) pontos** e a pontuacao no criterio economico **17 (dezessete) pontos**, permanecendo a **DECLASSIFICAO** do projeto na ordem final.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Roger Daniel de Souza Milléo

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

José Antônio Cogo Lançanova

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.856.704-7
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa Agroindustrial do Centro Paraná
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Ampliação, Instalação de energia solar, melhoria da logística e comercialização dos produtos da cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná - COOACEPA
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Ampliação da área de carga e descarga do barracão; veículo utilitário; baú refrigerado para transporte; instalação de energia solar; câmara fria de congelamento.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PAA, PNAE estadual e municipal, outros mercados institucionais.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 479.359,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 479.359,00
- 1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Cooperativa Agroindustrial do Centro Paraná- COOACEPA, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 50 pontos (conseguindo a pontuação para a sua classificação) e 18 pontos no critério econômico (também classificada no Critério Econômico) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOACEPA a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOACEPA ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOACEPA seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (Critérios econômicos item 1 e Critérios sociais item 2) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação em Qualidade do Projeto item 2, Critérios ambientais item 1 e item 2.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (notas fiscais, licenças sanitárias, identidade profissional). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou

desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Qualidade do projeto - item 2:** o suporte técnico oferecido pela Médica Veterinária e Tecnólogo em Agronegócio em outras atividades, que suportam a produção de matéria prima e funcionamento do empreendimento não são abordadas no projeto. A Cooperativa apresentou plano de ATER e plano de trabalho com atividades relacionadas unicamente ao objeto do projeto de melhoria de infraestrutura.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém nota 6 neste item.

ii. **CrITÉrios EconÔmicos - item 1:** as ações de armazenamento e logística objetos do projeto abrangem mais de 10 itens, porém ações desta natureza, ainda que impactem na redução de perdas e desperdícios, não são consideradas como agregação de valor.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 3 neste item.

iii. **CrITÉrios Ambientais - item 1:** o projeto não apresenta comprovação do monitoramento ao atendimento das normas sanitárias e ambientais dos produtos processados por empreendimentos de cooperados nem contrato com relação à produção terceirizada. Quanto às atividades relacionadas ao objeto do projeto, de armazenamento e transporte, o projeto apresenta documentações relacionadas.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a nota de 7 para 8 neste item.

iv. **CrITÉrios Ambientais - item 2:** A COOACEPA atualmente transporta, armazena e comercializa produtos orgânicos conforme descrito em seu estudo de viabilidade econômica, apoiando, assim, a produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos ou de base agroecológica.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera de 0 para 2 a nota neste item.

v. **CrITÉrios Sociais - item 2:** A cooperativa demonstra ser organizada e estruturada.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a nota de 7,5 para 8 neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** do pedido da COOACEPA em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, mantém-se a pontuação do item 2 de Qualidade do Projeto e item 1 do Critério Econômico e altera-se no critério econômico (item 2) para 8 pontos; no critério ambiental (itens 1 e 2) para 8 pontos em ambos e no

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

critério social (item 2) para 8 pontos. Sendo assim, a pontuação final do projeto é de 53,5 pontos no total e de 18,5 pontos no critério econômico, continuando a OSC CLASSIFICADA e alterando-se a ORDEM FINAL.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.856.773-0

1.2. PROPONENTE: Associação dos Pequenos Produtores Estaduais do Paraná - APAEP

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Mais Alimento.

1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de equipamentos como: um furgão; uma câmara fria e um carro utilitário para armazenamento e transporte da produção agrícola familiar dos associados.

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Produtos são fornecidos para merenda escolar, famílias atendidas pelo CRAS (Compra Direta) atendendo contratos com Programa do Governo Federal – PNAE, Chamamento Público Municipal (PNAE) e Programa Municipal Tibagi Sustentável, Feira de Produtor e mercados no município de Reserva e Tibagi.

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 223.334,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 223.334,00

1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 20 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

1.9. A **Associação dos Pequenos Produtores Estaduais do Paraná - APAEP**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 53,5 pontos e 14 pontos no critério econômico para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APAEP, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **APAEP** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **APAEP** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 dos critérios econômicos) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.
- c) Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. **Critérios Econômicos – Item 1:** a Associação possui em suas atividades e produtos a agregação de valor. No entanto, o objeto do projeto proposto (veículos e câmara fria) não evidenciam a agregação de valor, conforme conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão **que é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca)** mais a possibilidade de redução de custos e perdas e ampliação de mercados. Portanto, os argumentos apresentados não justificam alteração da pontuação.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO** da APAEP em relação aos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, mantém-se **a pontuação do item 1 dos critérios econômicos**, e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico mantém-se 53,5 e 14 pontos**, respectivamente, mantendo o projeto como **DESCCLASSIFICADO** em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária no critério econômico.

Curitiba, 28 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Claudine Maria De Bona

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Carlos Alberto Salvador

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.088-9
- 1.2. PROPONENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Localidade de Cubatão - APPRUC
- 1.3. TITULO DO PROJETO: Caminhão do Hortifruti Guaratuba
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de um Caminhão porte $\frac{3}{4}$ com baú de transporte de entrega de produtos Hortifrúti dos Associados (gargalo: transporte e a entrega dos produtos)
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PAA / PNAE Municipal –Estadual e Compra Direta
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 253.334,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 250.000,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 3.334,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Localidade de Cubatão - APPRUC**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 57 (acima do mínimo necessário) e 17 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APPRUC, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela APPRUC ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela APPRUC seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 2 do critério econômico) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos itens citados;
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Contrato de fornecimento Programa Compra Direta; Carteirinhas CEASA; Contrato Entrega Ponto a Ponto; Contrato PNAE Municipal; Formulários de Declaração da Produção – CEASA; Notas Fiscais de Produtor – Lino Klemz e Renato Capeleti). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim,**

não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Critério Econômico – Item 2: A cooperativa possui os **canais de comercialização** com a apresentação dos contratos vigentes já estabelecidos (FUNDEPAR – PNAE ESTADUAL e GOVERNO DO ESTADO – COMPRA DIRETA).

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação para 5 (cinco) pontos neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO DO PEDIDO** da APPRUC em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, altera-se **a pontuação do item 2 do critério econômico para 5 e, conseqüentemente, a pontuação total e no critério econômico para 59 e 19 pontos, respectivamente.** Assim, altera o status do Projeto para **CLASSIFICADO** do Projeto em virtude do atingimento da pontuação total e do critério econômico mínima necessária.

Curitiba, 29 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Jose Antônio Garcia Baena

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Patricia Muzolon

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVLIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.098-6
- 1.2. PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE RIO DO MEIO – IVAÍ
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MANDIOCA
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Equipamentos de Informática; Trator Agrícola e Plantadeira de Mandioca duas linhas; Equipamentos Agroindústria (Freezer, Multiprocessador e ventilador de parede); Contratação de serviços para melhoria do sistema de drenagem e conforto dos trabalhadores como Grades Protetoras de Janelas, calhas e condutor de calhas, ventilador, etc.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: 1- PNAE ESTADUAL (Ivaí, Ipiranga, Ibituva). 2- PNAE MUNICIPAL (Ivaí, Guamiranga, Irati), 3- PAA; 4- RESTAURANTES, 5- DIRETO AO CONSUMIDOR.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 250.000,00 (pág.172)
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 250.000,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação da Comunidade Negra do Rio do Meio, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 49,5 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 17 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela Associação da Comunidade Negra do rio do Meio, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela Associação da Comunidade Negra do Rio do Meio ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela Associação da Comunidade Negra do Rio do Meio seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida nos critérios ambientais itens 01 e 02 e critérios sociais item 2, objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado os seguintes documento: Protocolo de Dispensa de Licenciamento Ambiental, Declaração de Dispensa de Licença Sanitária e Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. Critério Ambientais - item 1: Em pedido de recurso alega-se que “O projeto apresenta licença ambiental caracterizada pela DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual obtida conforme o protocolo no 15.241.670-9 junto ao Instituto Água e Terra em anexo. Além disso, o projeto está em consonância com a legislação sanitária, conforme licenças sanitárias obtidas na Vigilância Sanitária do município de Ivaí conforme documentos em anexo. As declarações emitidas estão em conformidade com a Resolução SESA 1034/2020, pois a atividade tem o grau de risco sanitário considerado baixo. Na referida data o órgão competente emitiu as declarações individuais por entender que, no caso da emissão da licença única no CNPJ da Associação da Comunidade Negra de Rio do Meio, seriam necessárias adequações pontuais na agroindústria, observadas e contempladas na proposta da OSC, como por exemplo a colocação de telas mosquiteiros nas janelas. *Neste sentido, tendo em vista o prazo legal para inclusões documentais ao projeto, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 3 neste item.*

ii. Critérios ambientais - item 2: Não há plano de trabalho ou assistência técnica para conversão da produção em orgânica ou certificação da produção como orgânica ou agroecológica. Os produtos comercializados demonstrados no Estudo de Viabilidade Econômica são classificados como convencionais (TC 01). *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém nota 0 neste item.*

iii. Critérios sociais - item 2: no pedido de recurso alega-se “A nossa OSC ficou com nota 1, mas temos a convicção de que o nosso grupo pode ser avaliado na faixa entre 2 a 4, porque temos organização, fazemos a contabilidade, realizamos reuniões de diretoria com alguma frequência e promovemos assembleia anual para aprovação das contas e atividades, conforme imagens e documentos em anexo. *Neste sentido, com base nas informações que constam no processo e considerando a pontuação atribuída neste item à organização difere e é superior ao indicado no pedido de recurso, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém nota 10 neste item.*

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO TOTAL DO PEDIDO** da Associação da Comunidade Negra do rio do Meio em razão dos itens 1 e 2 dos Critérios Ambientais e item 2 dos Critérios Sociais acima descritos. Sendo assim, mantém-se **a pontuação dos itens 1 e 2 do critério ambiental e a pontuação do item 2 do critério social.** Neste sentido, o projeto mante a pontuações total e econômica de 49,5 pontos e 17 pontos, e o status de **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do (não) atingimento da pontuação total e econômica mínima necessária.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.194-0

1.2. PROPONENTE: Associação dos Produtores Orgânicos e agroecológicos de Mercedes - APROMER

1.3. TÍTULO DO PROJETO: Investindo para estimular e melhorar a agricultura familiar no município de Mercedes

1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de equipamentos para produção, conservação e beneficiamento dos alimentos.

1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PNAE municipal, PAA municipal, feira do produtor e mercados locais.

1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – 245.431,00

1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 161.886,00

1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 83.544,00

1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 20 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **Associação dos Produtores Orgânicos e agroecológicos de Mercedes - APROMER**, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma *pontuação total de 53 pontos*, sendo 16 pontos no critério econômico para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **APROMER**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **APROMER**, ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **APROMER**, seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (itens 1, 2 e 3 dos critérios econômicos da proposta) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos.
- c) Observa-se que, independentemente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou

desclassificação. Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.

d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – Item 1:** A Associação solicita forno e massadeira que agregarão valor pela produção de pães, cucas, bolos, bolachas, massas. Além disso, a aquisição da despoldadeira irá agregar valor às frutas in natura (polpas) assim como, a máquina cortadora para milho em grãos. O maquinário possibilita a agregação a diferentes produtos. Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, **a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e modifica a pontuação neste item para 4 pontos.**

ii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – Item 2:** Não existe estratégica logística para ampliar para mercado estadual nem alianças de mercado propostas e fortes, estando a proponente restrita, no momento, pelo perfil descentralizado dos produtos, aos mercados governamentais e locais. Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, **a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.**

iii. **CrITÉRIOS EconÔMICOS – Item 3:** Os avaliadores consideram a pontuação adequada para o item 3 quanto a coerência e articulações do Estudo de Viabilidade. Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, **a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item.**

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da **APROMER** em relação aos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, modifica-se a pontuação do item **1 dos critérios econômicos de 2 para 4 pontos e mantém a pontuação nos itens 2 e 3 dos critérios econômicos.** Neste sentido, o projeto tem alterada a pontuação total e no critério econômico **para 55 pontos e 18 pontos**, respectivamente, sendo alterado o status do Projeto de Negócio para **CLASSIFICADO**.

Curitiba, 28 de setembro 2021.

(assinatura eletrônica)

Claudine Maria De Bona

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Carlos Alberto Salvador

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva

Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.453-1
- 1.2. PROPONENTE: Associação da Agricultura Familiar Agrícola de Santana e Região - AAFAS
- 1.3. TITULO DO PROJETO Projeto de fortalecimento da Agricultura Familiar em Santana do Itararé - Pr
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de um trator, uma enxada rotativa com encanteirador e um veículo utilitário pequeno.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Rede de Supermercados da Região, CEASA de Londrina e Curitiba e CEAGESP (não citam qual unidade)
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 227.131,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 227.131,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A **Associação da Agricultura Familiar Agrícola de Santana e Região - AAFAS** encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 43,5 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 11 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela **AAFAS**, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela **AAFAS** ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela **AAFAS** seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 1 e 2 do critério econômico e itens 2 do critério ambiental) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida nos critérios ambientais e nos critérios econômicos.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (Anexo 5 Estudo de Viabilidade revisado (formato xlsx e pdf), Anexo 17 Plano de Ater, Declaração de Cadastro de Organismo de Controle Social MAPA). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

- d) Com relação as pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:
- i. **Critério Econômico – Item 1:** os itens objetos do projeto podem contribuir para melhoria das condições de trabalho no campo e de logística da Associação, mas não possibilitarão agregação de valor à produção. Segundo conceito econômico clássico e utilizado na análise pela Comissão, a agregação de valor é a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca).
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 0 (zero) neste item, por considerar que os itens que são objetos do projeto não conferem agregação de valor à produção.
 - ii. **Critério Econômico – Item 3:** a planilha de Matéria Prima do item 2 (Fls 19) não foi preenchida. A planilha de custos fixos 4.1 (fls 23) não foi preenchida. Solicitam recurso para aquisição de um trator, uma enxada rotativa com encanteirador e um veículo utilitário pequeno e não consideram custos com os seguros e manutenção desses. Na planilha de custos variáveis 4.2 (fls 23) preencheram apenas com insumos, não considerando demais custos. No Anexo 5, Planilha 2, não relacionam os produtos adquiridos pela associação, os quais estão mencionados na Planilha 2.1. Na Planilha Receitas estão todos os produtos comercializados, mas não foi dada a entrada como custo de Matéria Prima. Não fizeram inventário dos bens da Organização e a Planilha Custos está totalmente comprometida, refletindo nos indicadores da Planilha Fluxo de Caixa.
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação 6 (seis) neste item, pois poucas informações no estudo de viabilidade econômica estão adequadamente informadas e articuladas.
 - iii. **Crítérios Ambientais – Item 2:** cita na justificativa que há alguns produtores em processo de transição para a agricultura orgânica. Apresentam ainda Declaração de Cadastro de Organismo de Controle Social para venda direta de produtos orgânicos sem certificação (Certificação por creditação).
Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO alterando a nota 0 e para 4 (quatro) pontos neste item, pois o projeto apresenta duas práticas de promoção de agricultura orgânica.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da AAFAS em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 2 dos critérios ambientais para 4 pontos**. Neste sentido, **a pontuação total e econômica do Projeto fica alterado para 47,5 e 18 pontos**, no entanto, mantém-se o status do projeto de **DECLASSIFICADO** em virtude do não atingimento da pontuação total e econômica mínima necessária.

Curitiba, 28 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Patrícia Helena Santoro

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Denyse Maria Galvão Leite

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.514-7
- 1.2. PROPONENTE: Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Bandeirantes - COOPAFI BANDEIRANTES
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Agroindústria COOPAFI - Bandeirantes
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Construção da agroindústria, aquisição de máquinas e equipamentos
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: PNAE Estadual e Municipal e PAA/Estado
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$396.268,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$396.268,00
- 1.8. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A COOPAFI Bandeirantes - Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Bandeirantes, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 39,5 pontos (abaixo do mínimo necessário) e 13,5 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela COOPAFI Bandeirantes, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela COOPAFI Bandeirantes ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela COOPAFI Bandeirantes seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida (item 3 do critério econômico) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. A OSC solicita que a revisão da pontuação obtida no Estudo de Viabilidade de Econômica;
- c) Na apresentação do recurso foram apresentados documentos (Projeto Técnico - Anexos 3, 4, 5, 6 e 7); Licença Sanitária; DAP Jurídica; Estatuto Social). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

i. **Critério Econômico – Item 2:** conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico e no Formulário de Diagnóstico Socioeconômico da OSC (Anexo 7), foram apresentados como possíveis canais de comercialização: PAA, PNAE Municipal, PNAE Estadual e Mercado Privado tratado de forma geral, sem contrato prévio ou indicação específica de empresa interessada. Desta forma foi possível identificar 4 canais de comercialização.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (3 pontos) revisando a pontuação para 4 pontos, pois o projeto apresenta informações e comprovação suficientes (documentos e informações nos formulários) para indicar 4 possíveis canais de comercialização.

ii. **Critério Econômico – Item 3:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico, no Estudo de Viabilidade Econômica e demais documentos da proposta é possível entender que a OSC indica como principal canal de comercialização os mercados institucionais. Este aspecto fica claro no estudo de viabilidade quando nos preços informados ANO 1, na estimativa na aba RECEITAS, foram informados os preços iguais aos do edital 001/2020-FUNDEPAR, com exceção para o Suco de Uva, principal produto do projeto. Entretanto, os preços propostos do ANO 2 ou ANO 6 são apresentados com valorização significativa com relação ao ANO 1, chegando a apresentar uma valorização de 224% no caso do tomate. No caso do suco de uva, os mercados institucionais tem pago preços ao redor de R\$11,13 por litro, a exemplo do Edital 001/2020-FUNDEPAR, já o estudo de viabilidade econômica considerou o preço de R\$ 25,00, o que não está de acordo com o praticado no mercado, sequer para os produtos orgânicos. Com os preços informados a análise do estudo de viabilidade econômica fica comprometida. Ademais, não foram informadas na seção “4. Custos do Empreendimento” custos relativos à despesas administrativas, manutenção, seguros, impostos, transportes, que são importantes para a análise.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (8 pontos).

iii. **Critério Ambiental - Item 1:** Conforme as informações apresentadas no Projeto Técnico e demais documentos apresentados, na reanálise observou-se que a Vistoria do Corpo de Bombeiros foi mencionada, não foi apresentada em anexo. Também não foi apresentado Alvará de Funcionamento. A organização menciona já comercializar suco de uva nos mercados institucionais, desta forma, a licença sanitária da agroindústria produtora (associados) ou o contrato de prestação de serviços (tercerizada) referente a esta produção também poderia ter sido apresentada.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a pontuação neste item (4,5 pontos).

iv. **Critério Social – Item 1:** Conforme as informações apresentadas no Anexo 5 e na DAP Jurídica, a Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO da pontuação inicial neste item (1 ponto) revisando a pontuação para 3 pontos, em virtude da COOPAFI Bandeirantes apresentar 79 associados, sendo 48 deles com DAP.

v. **Critério Social – Item 2:** Conforme as informações apresentadas, análise realizada pela comissão de seleção de projetos e o relatório de classificação de projetos publicado é possível verificar que

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

houve inversão nas notas dos ITENS 2 e 3. A COOPAFI Bandeirantes no Anexo 5 e na DAP Jurídica apresentou 79 associados, sendo 12 mulheres e 2 jovens, recebendo pontuação 2,5 no ITEM 3 do edital. Já para o ITEM 2, que trata do “Grau de organização e consistência da OSC”, foi atribuída pela comissão nota 7.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO mantendo as notas dos itens 2 e 3 e apenas invertendo a ordem das pontuações.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO** da COOPAFI Bandeirantes em razão dos itens **(a, b, c e d)** acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 2 do critério econômico e os itens 1, 2 e 3 do critério social para 3, 7 e 2,5 pontos** respectivamente e, conseqüentemente, **a pontuação total, no critério econômico e no critério social em 42,5, 14,5 e 12,5 pontos**, respectivamente. No entanto, mantém-se o status do projeto como **DESCCLASSIFICADO** em virtude do não atingimento da pontuação total mínima necessária e da pontuação no critério econômico.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

André Luis Alves Miguel

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Melissa Michels de Oliveira

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO
EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.680-1
- 1.2. PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I E II
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Desenvolvimento das Linhas Produtivas da Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de um trator agrícola
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: Mercado Institucional (PAA, PNAEs) e Mercado convencional
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 250.000,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 250.000,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 7.667,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 22 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao email cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação e desclassificação do Projeto de Negócio.

A Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 61,5 pontos e 16,5 pontos no critério econômico (abaixo do mínimo necessário) para o Projeto de Negócio apresentado pela entidade. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da pontuação obtida nos critérios econômicos objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção.
- c) Na apresentação do recurso foi apresentado documento (ANEXO 5). Observa-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: (i) no ato da inscrição do Projeto de Negócio **entre os dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e (ii) na etapa de regularização documental dos Projetos entre os dias **05 a 10/08/2021**, anteriores a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DEAGRO

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. Critérios Econômicos - item 1: Entende-se como agregação de valor à produção a transformação de um produto em algo com valor mercadológico maior, por exemplo, processos de agroindustrialização, beneficiamento e/ou classificação ou de diferenciação mercadológica e de comercialização (embalagens, rotulagem ou marca). Considerando que ações de armazenamento, logística e melhoria das condições de trabalho, ainda que impactem na redução de perdas e desperdícios de alimentos e nos índices de produtividade, não agregam valor à produção.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 0 neste item.

- ii. Critérios Econômicos - item 2: tendo em vista que a nota máxima atribuída neste item, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, **a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 5 neste item.**

- iii. **Critérios Econômicos - item 3:** o Estudo de Viabilidade Econômica não traz informações sobre todas as cadeias produtivas mencionadas no objetivo do projeto, a saber, são descritos dados apenas sobre milho, feijão preto, feijão carioca e batata doce, enquanto, segundo o projeto, a abrangência se estende a hortaliças, café, frutas e leite e poucas informações sobre comercialização foram apresentadas, com algumas planilhas do Anexo 5 em branco.

Neste sentido, com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes do Edital e levando em consideração os critérios do Edital, a Comissão INDEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e mantém a nota 11,5 neste item.

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO TOTAL DO PEDIDO** da ACAEV em razão dos itens 1,2 e 3 do Critério Econômico acima descritos. Sendo assim, mantém-se **a pontuação dos itens 1, 2 e 3 dos critérios econômicos** e, conseqüentemente, **a pontuação total e no critério econômico em 61,5 e 16,5**, respectivamente. Mantém-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** do Projeto em virtude do não atingimento da pontuação total mínima necessária nos Critérios Econômicos.

Curitiba, 30 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

Karolline Marques da Silva

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Élio Setti

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônica)

Marcio da Silva
Chefe do Deagro

EXTRATO DA REAVALIAÇÃO DO PROJETO DE NEGÓCIO

1. RESUMO DO PROJETO

- 1.1. Nº DO PROTOCOLO: 17.857.738-7
- 1.2. PROPONENTE: Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina – APOL
- 1.3. TÍTULO DO PROJETO: Fomento a Novos Canais Comerciais Integrados
- 1.4. OBJETO DO PROJETO: Aquisição de veículo, equipamentos de informática e móveis para escritório.
- 1.5. MERCADO POTENCIAL INDICADO: A produção é específica para atender a demanda local de feiras, supermercados, mercearias e lojas específicas de hortifruti orgânicos devidamente certificados, num raio de até 100 km de distância de seu “packing house”. O processo de compra - entrega - recebimento - seleção - expedição já é cotidianamente feita para o envio de produtos para as áreas metropolitanas de Curitiba e São Paulo, bem como para o atendimento dos programas governamentais que a APOL participa, como PNAE e PAA (fls.18). Contudo nas planilhas “Comercialização por Tipo de Mercado” (fls.61) em 2020, consta apenas PAA - Doação Simultânea - CONAB e PNAE estadual.
- 1.6. VALOR TOTAL DO PROJETO – R\$ 247.020,00
- 1.7. VALOR DO APOIO COLETIVO SOLICITADO – R\$ 247.020,00
- 1.8. VALOR DOS APOIOS INDIVIDUAIS SOLICITADOS – R\$ 0,00
- 1.9. VALOR DE CONTRAPARTIDA – R\$ 0,00

2. ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA PROPONENTE

Data da postagem: 23 de setembro de 2021.

Número do Documento: Mensagem eletrônica ao e-mail cooperativismo@seab.pr.gov.br (conforme 21.2 do Edital).

Solicitação: Reavaliação da pontuação do Projeto de Negócio.

A Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina – APOL, encaminhou recurso, em formulário próprio do Edital, solicitando a reconsideração da avaliação técnica da Comissão de Seleção dos Projetos (Resolução Seab nº 24/2021) que apontou uma pontuação total de 55,5 pontos e 13,5 pontos no critério econômico, este com pontuação abaixo do mínimo necessário para classificação para o Projeto de Negócio. Tendo em vista as informações e documentos anexados no recurso interposto realizado pela APOL, a Comissão tem o seguinte a considerar:

- a) A interposição do recurso pela APOL ocorreu dentro do prazo legal previsto no Edital (5 dias);
- b) A interposição do recurso pela APOL seguiu os procedimentos previstos no Edital (item 21) apresentando o formulário completo (Anexo 18 do Edital), com o questionamento da desclassificação por não atendimento à pontuação mínima exigida no item 19.8 do Edital (pontuação obtida nos critérios econômicos) objeto da solicitação de reanálise/reconsideração pela Comissão de Seleção com as devidas justificativas, embasado nos documentos apresentados pela OSC nas etapas de inscrição e/ou regularização documental dos Projetos. Pela justificativa apresentada, infere-se que a OSC solicita a revisão da pontuação obtida na clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica (critérios econômicos);
- c) Na apresentação do recurso não foram apresentados novos documentos. Saliencia-se que, independente de solicitação formal ou não pela SEAB, a apresentação ou inclusão de documentos para efeito de qualificação do projeto ou comprovação das informações apresentadas no Projeto de Negócio poderia ter ocorrido em dois momentos distintos: **(i)** no ato da inscrição do Projeto de Negócio **dos dias 21/05/2021 a 15/07/2021** e **(ii)** na etapa de regularização documental dos Projetos **entre os dias 05 e 10/08/2021**, anterior a etapa de classificação ou desclassificação. **Sendo assim, não existe previsão legal e permissão para novas inclusões documentais com datas de emissão posteriores ao prazo legal previsto no Edital.**

d) Com relação às pontuações atribuídas ao Projeto e a exposição de motivos interpostos no recurso apresentado:

- i. **Critério Econômico – Item 3 (clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica):** as informações colocadas na parte descritiva do projeto são coerentes, contudo as informações econômicas deixam a desejar. O estudo de viabilidade repete as informações em todos os anos, não prevendo a certificação de novos produtores nem a ampliação de área, gerando uma inconsistência na argumentação da ampliação de mercado. Algumas informações da área e da produtividade aparentam estar desconexas. As áreas são as mesmas para todas as culturas, assim como as suas projeções de produção ao longo dos anos (fls.39), inclusive os preços esperados ao longo dos 6 anos (fls.40). Na planilha “Receitas Estimadas” (fls.40) o percentual de rendimento de todos os produtos é de 100%. Na tabela de “Custos do Empreendimento” (fls.41), os valores de Custos Variáveis referentes à matéria prima não foram preenchidos ao longo dos anos. Na tabela “Colaboradores e Áreas de Atuação” (fls.52), constam 3 funcionários fixos e 5 funcionários terceirizados, que não foram contabilizados nem como custos fixos, tampouco como custos variáveis. Todas essas incoerências podem ter corroborado para o valor elevado da TIR (48%). Justifica que houve erros de interpretação que culminaram no preenchimento incorreto de planilhas; fala ainda que a receita estimada aporta guarida para a viabilidade econômica, uma vez que obtém saldo positivo do fluxo de caixa do ano 1 ao ano 6.

Neste sentido, e com base nas informações que constam no processo, considerando análises similares feitas a outros projetos semelhantes e levando em consideração os critérios do Edital, Comissão DEFERE O PEDIDO DE REVISÃO e altera a pontuação neste item, passando de 7 para 10 pontos;

Parecer ao Recurso Interposto: A Comissão de Seleção manifesta-se pelo **DEFERIMENTO DO PEDIDO** da APOL em razão dos itens (a, b, c e d) acima descritos. Sendo assim, **altera-se a pontuação do item 3 do critério econômico (clareza, coerência e adequação das informações apresentadas no estudo de viabilidade econômica) para 3 pontos** e, portanto, atingindo a **pontuação de 16,5 pontos no critério econômico e a pontuação total de 58,5 pontos**. No entanto, **mantém-se a DESCLASSIFICAÇÃO do Projeto** em virtude do não atingimento da pontuação mínima necessária, tanto no critério econômico como na pontuação total, para a classificação do Projeto de Negócio.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônico)
Caroline T. Marçal
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônico)
Gustavo Scholz
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E
CLASSIFICAÇÃO
(Resolução Seab nº 24/2021)

(assinatura eletrônico)
Marcio da Silva
Chefe do Deagro